

CNESPA
2026

II CONGRESSO NACIONAL DOS
ESTUDOS EM SUBJETIVIDADE,
POLÍTICA E ARTE

ANAIS do II CNESPA

COLETÂNEA DOS TRABALHOS
CIENTÍFICOS APRESENTADOS
NO II CONGRESSO NACIONAL
DOS ESTUDOS EM
SUBJETIVIDADE, POLÍTICA E ARTE

AUTORES

VICTÓRIA R. DA SILVA
FERNANDO DA S. MANCEBO
DARLAN G. SANTOS
WALDENILSON T. RAMOS
RICHARD S. DOS SANTOS
MARIA EDUARDA VILA-CHÃ DA C.
DA G. D'EÇA TEIXEIRA

NUEST
EDITORA



II CONGRESSO NACIONAL DOS
ESTUDOS EM SUBJETIVIDADE,
POLÍTICA E ARTE

AUTORES

VICTÓRIA R. DA SILVA
FERNANDO DA S. MANCEBO
DARLAN G. SANTOS
WALDENILSON T. RAMOS
RICHARD S. DOS SANTOS
MARIA EDUARDA VILA-CHÃ DA C.
DA G. D'EÇA TEIXEIRA

COLETÂNEA DOS TRABALHOS CIENTÍFICOS APRESENTADOS NO
II CONGRESSO NACIONAL DOS ESTUDOS EM SUBJETIVIDADE
POLÍTICA E ARTE

NUEST
EDITORA

FICHA CATALOGRÁFICA

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) (Câmara Brasileira do Livro, SP, Brasil)

Congresso Nacional dos Estudos em Subjetividade,
Política e Arte (2. : 2026 : Niterói, RJ) Anais do II
CNPESPA [livro eletrônico]. --
Niterói, RJ : Nuest Editora, 2026.

PDF

Vários autores. Vários
colaboradores.
Bibliografia.
ISBN 978-65-979933-0-7

1. Arte 2. Política 3. Subjetividade I. Título.

26-352329.0

CDD-300.06

Índices para catálogo sistemático:

1. Ciências sociais : Congressos 300.06 Aline Grazielle Benitez - Bibliotecária CRB-1/3129

FICHA TÉCNICA

© 2026 — Editora NUEST

CNPJ: 64.558.769/0001-02

nuest.com.br

nuest.contato@gmail.com

Anais do II Congresso Nacional dos Estudos em Subjetividade, Política e Arte

Organizadores

Victória Rosa Da Silva

Fernando da Silva Mancebo

Darlan Gomes Santos

Waldenilson Teixeira Ramos

Richard Silva dos Santos

Maria Eduarda Vila-Chã da Cruz da Gama D'Eça Teixeira

Editor-Chefe: Waldenilson Teixeira Ramos

Capa, Editoração e Arte: Waldenilson Teixeira Ramos, Darlan Gomes Santos, Maria Eduarda Vila-Chã da Cruz da Gama D'Eça Teixeira, Richard Silva dos Santos.

ISBN: 978-65-979933-0-7

DOI: 10.5281/zenodo.19820662

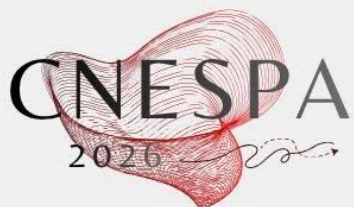
Comitê Editorial

Me. Waldenilson Teixeira Ramos
Sra. Luana Bringel Xavier Neves
Ma. Alessandra Carvalho Vieira da Silva
Dra. Marília Martins de Araujo Reis
Sr. Bruno Pereira da Silva Rosa
Sr. Jeferson da Silva Dias
Dra. Célia Souza da Costa
Ma. Nyanne Lima Alves
Dra. Walkyria Chagas da Silva Santos
Guimarães

Comitê Científico

Cleuber Iguape Abidu Figueiredo
Jesus de Nazaré de Lima da Costa
Julia Bardi
Jullyana Silva Rosa
Maycon Leandro da Conceição
Nailton Negreiros Ribeiro
Pituka Nirobe
Shayene Ferreira de Jesus
Waldenilson Teixeira Ramos

 **CCO 1.0**
CCO 1.0 Universal
Deed



II CONGRESSO NACIONAL DOS
ESTUDOS EM SUBJETIVIDADE,
POLÍTICA E ARTE

NUEST

*O fazer pesquisa crítica é mais que ter uma produção, é tomar a reflexão e a análise
um gesto de protesto.*

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO.....	8
CAPÍTULO DOS RESUMOS SIMPLES.....	10
DIREITOS HUMANOS E BACKLASH: COMO A EXTREMA DIREITA REAGIU AO BANHEIRO UNISSEX ESTABELECIDO PELO MCDONALD’S.....	11
Cleuber Iguape Abidu Figueiredo	
ARTES VISUAIS E AUTISMO DE NÍVEL 3: UM GUIA PARA FORMAÇÃO DE PROFESSORES EM CONTEXTO DE EDUCAÇÃO INCLUSIVA.....	12
Renata Picoli	
PORTE DE ARMAS PARA PESSOAS TRANS: UMA ANÁLISE SOCIOLÓGICA DO PROJETO DE LEI 422 de 2026.....	12
Cleuber Iguape Abidu Figueiredo	
“MINHA MULHER”: ESTRANHAS RELAÇÕES EM MINICONTOS DE OSWALDO FRANÇA JÚNIOR.....	14
Nádia Santos de Paiva Neves	
POLÍTICAS EMPRESARIAIS E ENVELHECIMENTO ATIVO: ANÁLISE DA AÇÃO VOLUNTÁRIA “FLORES MADURAS” NA PROMOÇÃO DO BEM-ESTAR COM OS IDOSOS.....	15
Anne Verônica Mota de Castilho	
CARTOGRAFIA CRÍTICA E CONFLITOS FUNDIÁRIOS URBANOS: MAPEAMENTO COMO INSTRUMENTO DE DEFESA DO DIREITO À MORADIA.....	16
Gabriela Duarte Costa Antônia Pereira Seabra	
BIOPOLÍTICA ARMAMENTISTA HEGEMÔNICA: MASCULINIDADES BRANCAS, NECROBIOPODER E A SUBJETIVAÇÃO LETAL DE TRAVESTIS NEGRAS NO BRASIL.....	18
Caio Roberto Mendes Ferreira	
INTEGRAÇÃO EXPERIENCIAL COMO PROPOSTA DE SISTEMATIZAÇÃO DA REORGANIZAÇÃO DA EXPERIÊNCIA VIVIDA EM SIGNIFICADO.....	20
Lilian Cristina da Silva Pedroso	
CAPÍTULO DOS RESUMOS EXPANDIDOS.....	22

CANIBALISMO INSTITUCIONAL: A INSTABILIDADE POLÍTICA PERUANA NA ÚLTIMA DÉCADA (2016-2026).....	23
Armando Henrique Silva Semeão	
A AÇÃO EFÊMERA NO URBANISMO CONTEMPORÂNEO: Um Resgate do Pensamento Situacionista?.....	28
Lourdes Caroline Ribeiro Sanches da Silva; Marília Solfa Teresa Cristina de Almeida Faria	
CULTURA PARA A TRANSFORMAÇÃO URBANA: da experiência de Medellín às práticas de arte pública em Juiz de Fora.....	33
Mariana de Oliveira Macêdo Alliny Silva Sant'Ana Marília Solfa Teresa Cristina de Almeida Faria	
FUNK PROIBIDÃO E CRIMINALIZAÇÃO DA JUVENTUDE: UMA ANÁLISE PSICANALÍTICA DA CANÇÃO BONDE DOS MENOR, DE MC DALESTE.....	37
Jullyana Silva Rosa	
CAPITALISMO DE VIGILÂNCIA NO CONTEXTO DAS PLATAFORMAS DIGITAIS ONLINE: DA EXTRAÇÃO DE DADOS À MODULAÇÃO COMPORTAMENTAL.....	43
Lícia Barbosa Gondim Pereira Nathássia Matias de Medeiros Júlia Guilherme e Silva Suzana Maria Pedrosa Cavalcante	
ESTAMOS VIVENDO OU PERFORMANDO? SUBJETIVIDADE E PRODUTIVIDADE NAS PLATAFORMAS DIGITAIS.....	46
Suzana Maria Pedrosa Cavalcante Nathássia Matias de Medeiros Lícia Barbosa Gondim Pereira Julia Guilherme e Silva	
A LÓGICA DA RELEVÂNCIA: ALGORITMOS, VISIBILIDADE E SUBJETIVIDADE NAS REDES SOCIAIS.....	51
Julia Guilherme e Silva Nathássia Matias de Medeiros Suzana Maria Pedrosa Cavalcante Lícia Barbosa Gondim Pereira	

FANZINES COMO FERRAMENTA PEDAGÓGICA DECOLONIAL: EXPERIÊNCIA DO PIBID EM ARTES VISUAIS NA PROMOÇÃO DE LETRAMENTO, INTERSECCIONALIDADE E EQUIDADE.....	55
Joicyano Marinho Maia.....	55
A CRISE DA INTOLERÂNCIA CONTEMPORÂNEA DECORRENTE DA NORMALIZAÇÃO DO ÓDIO.....	60
Armando Henrique Silva Semeão	
ARMAS COMO NECROEXTENSÃO DA BRANQUITUDE: SUBJETIVAÇÃO ARMAMENTISTA E A PRODUÇÃO DA MATABILIDADE NEGRA NA POLÍTICA CRIMINAL BRASILEIRA.....	67
1Caio Roberto Mendes Ferreira.....	67
PSICOPEDAGOGIA E INTERSECCIONALIDADE: PRÁTICAS PEDAGÓGICAS PARA JOVENS AUTISTAS NÃO-VERBAIS EM CONTEXTOS DE VULNERABILIDADE SOCIAL.....	76
Renata Picoli	
O BRIO DA CONSTRUÇÃO E ENRIJECIMENTO DE CENTROS PRISIONAIS AO REDOR DO MUNDO.....	80
Armando Henrique Silva Semeão	
SOBRE OS ORGANIZADORES.....	86

APRESENTAÇÃO

Me. Waldenilson Teixeira Ramos
Graduando Darlan Gomes Santos

É com o espírito de partilha e resistência intelectual que apresentamos os Anais do II Congresso Nacional dos Estudos em Subjetividade, Política e Arte. Esta publicação é o registro vivo de um percurso que transborda os limites das salas virtuais e se consolida como um marco na trajetória do Núcleo dos Estudos Sociais e Transdisciplinares Eventos (NUEST). O presente volume reúne o esforço intelectual de pesquisadoras e pesquisadores que, nos dias 27, 28 e 29 de março de 2026, ocuparam as redes para tecer diálogos urgentes sobre as formas de existência na contemporaneidade. Em um cenário onde as fronteiras disciplinares muitas vezes servem como muros, este congresso propôs pontes, articulando a subjetividade, a política e a arte como eixos indissociáveis para a compreensão e transformação do real.

O ATO POLÍTICO DA ESCRITA E DO REGISTRO

Navegar por estas páginas é deparar-se com o enfrentamento às violências epistêmicas. Fiel à provocação de Conceição Evaristo, compreendemos que o ato de publicar é, fundamentalmente, um gesto político de visibilidade. Em um mundo que historicamente silenciou certas narrativas, a reunião destes resumos e reflexões cumpre o papel de romper o isolamento e conferir corpo às escritas que emergem de condições étnicas, sociais e de gênero diversas.

Aqui, o saber não é tratado como mercadoria, mas como ferramenta de emancipação. Os trabalhos aprovados pelo nosso Comitê Científico refletem a aposta em estudos:

- **Antirracistas e Decoloniais:** Que questionam a hegemonia do pensamento eurocêntrico.
- **Feministas:** Que pautam novas subjetividades e relações de poder.
- **Transdisciplinares:** Que transitam entre as Ciências Humanas, Sociais Aplicadas e da Saúde para buscar respostas complexas a problemas complexos.

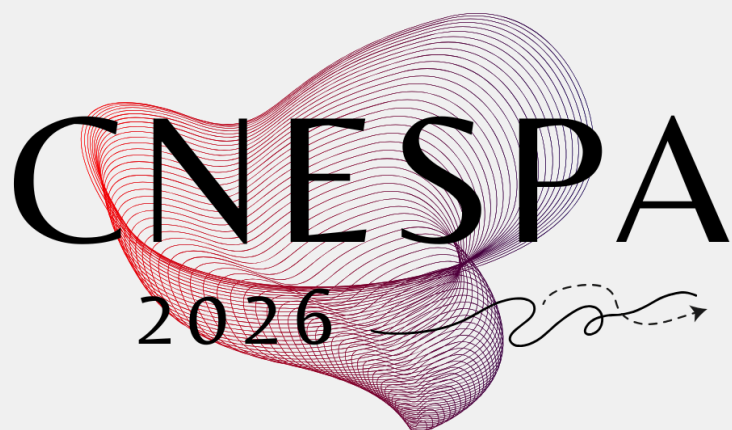
UMA CONSTRUÇÃO COLETIVA E PLURAL

Realizado de forma 100% online, o evento utilizou as tecnologias de transmissão (Even3) e interação (Google Meet) não apenas como ferramentas logísticas, mas como espaços de encontro para uma comunidade acadêmica espalhada por diversos territórios, mas unida pelo compromisso com a justiça social.

Estes anais reúne os resumos das comunicações orais que deram vida ao cronograma do evento. Cada texto aqui presente é um convite à continuidade do debate. Mais do que conclusões fechadas, oferecemos aos leitores sementes de reflexão sobre como as estruturas políticas moldam nossas subjetividades e como as expressões artísticas nos permitem imaginar — e criar — outros mundos possíveis.

Desejamos que esta leitura seja tão provocadora e potente quanto foram os nossos debates. Que este registro fortaleça a rede de pesquisadores comprometidos com uma ciência que pulsa, que questiona e que, acima de tudo, se recusa ao silêncio.

Sejam bem-vindas, bem-vindos e bem-vindes à leitura dos nossos Anais.



CAPÍTULO DOS RESUMOS SIMPLES

**DIREITOS HUMANOS E BACKLASH: COMO A EXTREMA DIREITA REAGIU AO
BANHEIRO UNISSEX ESTABELECIDO PELO MCDONALD'S**¹ Cleuber Iguape Abidu Figueiredo¹ Universidade Federal de Pernambuco (Bolsista CAPES), Recife, Pernambuco, Brasil;**Palavras-Chave:** Backlash, Banheiro Trans, Direitos Humanos, Transfeminismo.

Introdução: A utilização de banheiro públicos por pessoas trans e travestis no Brasil tem levado toda a sociedade a discutir tal possibilidade (ou impossibilidade), seja no Judiciário através do Recurso Extraordinário nº 845.779, seja no Legislativo com proposições a favor e contra a autodeterminação de gênero (Butler, 2021; Brasil, 2019), ou nos discursos midiáticos. No ano de 2021, a rede de *fast food* McDonald's instituiu um banheiro multigênero na cidade de Bauru, o que levou a uma reação de Backlash conservadora entre os atores da extrema direita brasileira.

Objetivos: O objetivo desta pesquisa, que ainda está em andamento, fruto de um capítulo de dissertação de mestrado, é analisar como a extrema direita brasileira reagiu à instalação de um banheiro unissex no McDonald's na cidade de Bauru, SP. **Metodologia:** A metodologia utilizada para essa pesquisa é a pesquisa qualitativa, pois é direcionada a explorar e entender como um indivíduo ou um grupo de indivíduos atribuem a um problema social ou humano (Creswell, 2021). Para o plano de coleta foi utilizado os sites das Casas Legislativas das três esferas (Municipal, Estadual e Federal), e foi selecionado os projetos que na ementa tinham referência aos banheiros sem gênero ou unissex. **Fundamentação teórica/ Resultados e discussão:** Backlash é definido como um ataque adverso e político ao resultado de uma deliberação judicial, mas não somente. O que se ataca não é o mérito, e sim o conteúdo ideológico da questão (Marmelstein, 2016). Essa contrarreação pode acontecer tanto no aspecto conservador quanto no progressista. No Brasil, um movimento curioso de backlash para se recordar foi quando o Supremo Tribunal Federal reconheceu a união estável de pessoas do mesmo sexo, o que ocasionou no movimento em prol à aprovação do Estatuto da Família, projeto de lei que pretende excluir as relações homoafetivas da proteção estatal (Brasil, 2013). No ano de 2021, a rede de *fast food* McDonald's implementou em uma de suas unidades, na cidade de Bauru (SP), um banheiro unissex, podendo, assim, ser utilizado por qualquer pessoa, independente do gênero ou idade. No mesmo ano de instalação deste banheiro, foram protocolados 27 projetos de leis, nas três esferas de poder, proibindo que fossem instalados banheiros públicos unissex. Após essa data, diversos outros projetos foram protocolados com o mesmo objetivo. O princípio da integridade, defendido por Dworkin, preconiza que os indivíduos não precisam necessariamente da existência de uma legislação para que seus direitos sejam respeitados ou que tenham uma vida plena (Generoso Costa, 2012), contudo, setores conservadores utilizam do Poder Judiciário para que corpos dissidentes não possam viver uma vida vivível (Butler, 2022) em igualdade de condições. **Considerações finais/ Conclusão:** Conclui-se que, apesar de haver teorias como a apresentada pelo Dworkin, com o princípio da integridade, o Direito, evidentemente, está sendo usado pela extrema direita para controlar corpos dissidentes e que o lado que se diz progressista precisa usar das mesmas ferramentas, dentre outras, para garantir dignidade e assegurar os direitos humanos de grupos marginalizados como são as pessoas trans e travestis.

ARTES VISUAIS E AUTISMO DE NÍVEL 3: UM GUIA PARA FORMAÇÃO DE PROFESSORES EM CONTEXTO DE EDUCAÇÃO INCLUSIVA

¹ Renata Picoli

¹ Mestre em Educação pela Universidade do Oeste Paulista (Unoeste), Presidente Prudente, São Paulo, Brasil.

Palavras-Chave: Formação docente; Autismo nível 3; Ensino de artes; Inclusão escolar; Comunicação não-verbal.

Introdução: A inclusão escolar de estudantes com Transtorno do Espectro Autista (TEA) em nível de suporte 3 apresenta desafios singulares ao corpo docente, especialmente no componente curricular de Artes. Jovens não-verbais frequentemente encontram na expressão visual uma alternativa de comunicação e subjetivação, porém, a falta de preparo específico dos professores pode limitar esse potencial. A formação continuada surge, portanto, como uma ferramenta indispensável para transpor barreiras pedagógicas e atitudinais, permitindo que o fazer artístico seja acessível a todos, independentemente de suas limitações verbais ou motoras. **Objetivo:** Este trabalho tem como objetivo investigar e propor estratégias de formação continuada que capacitem professores de Artes a atuarem com jovens autistas nível 3, focando na adaptação de materiais e na compreensão da comunicação sensorio-motora como linguagem legítima. **Metodologia:** Trata-se de uma pesquisa qualitativa, de cunho bibliográfico e descritivo, fundamentada em uma abordagem autoetnográfica. A coleta de dados baseou-se no levantamento de referenciais teóricos sobre educação especial e ensino de artes, cruzando-os com o registro de experiências práticas em sala de aula. A análise focou na observação de como a mediação docente se transforma quando o professor compreende as particularidades do autismo severo, utilizando a arte como ponte entre o isolamento e a expressão social. **Resultados e Discussão:** Os resultados indicam que a formação continuada eficaz para este público deve ir além da teoria diagnóstica, priorizando a prática da "escuta sensível" aos sinais não-verbais. Observou-se que a utilização de suportes táteis, tintas com texturas variadas e metodologias que respeitem o tempo de processamento do aluno geram maior engajamento. A discussão aponta que a arte para o autista nível 3 não deve ser avaliada por critérios estéticos convencionais, mas sim pela capacidade de interação do sujeito com o objeto artístico. A formação docente, quando bem direcionada, reduz o sentimento de frustração do professor e amplia o repertório expressivo do aluno, validando formas de existência que não dependem da fala. **Conclusão:** Conclui-se que a formação continuada em Artes para o atendimento ao autismo nível 3 é um pilar essencial para a real educação inclusiva. A retomada dos objetivos mostra que a adaptação pedagógica só ocorre de fato quando o docente se sente seguro e amparado tecnicamente. Sugere-se que as políticas de formação docente incluam módulos específicos de comunicação alternativa aplicada às artes, garantindo que o direito à cultura e à expressão seja exercido com dignidade por todos os estudantes.

PORTE DE ARMAS PARA PESSOAS TRANS: UMA ANÁLISE SOCIOLÓGICA DO PROJETO DE LEI 422 de 2026

¹Cleuber Iguape Abidu Figueiredo

¹ Universidade Federal de Pernambuco (Bolsista CAPES), Recife, Pernambuco, Brasil;

Palavras-Chave: Porte de Armas, Direitos Humanos, Transfeminismo.

Introdução: O Brasil é o país mais hostil para pessoas trans e travestis no mundo. O número dessa violência é escancarado por organizações como a Antra (Associação Nacional de Trans e Travestis), quando publicam seu anuário da violência sobre esses corpos; é discutido no Congresso Nacional através de pessoas como Erika Hilton e Duda Salabert; é tensionado nas redes sociais e na Academia. O projeto de lei de nº 422 de 2026, proposto pelo deputado Delegado Paulo Bilynskyj, pretende disponibilizar porte de armas para as pessoas trans e travestis com o pretexto de combater essas violências. **Objetivos:** O objetivo desta pesquisa é analisar sociologicamente o Projeto de Lei nº 422 de 2026, proposto pelo Deputado Delegado Paulo Bilynskyj, que propõe o porte de armas para pessoas trans e travestis. **Metodologia:** A metodologia utilizada para essa pesquisa é a pesquisa qualitativa e documental, pois é direcionada a explorar e entender como um indivíduo ou um grupo de indivíduos atribuem a um problema social ou humano (Creswell, 2021). Para o plano de coleta foi utilizado o site da Câmara dos Deputados através do seguinte link <https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=2601828> e sobre o pronunciamento da ANTRA através de suas redes sociais (@antra.oficial). **Fundamentação teórica/ Resultados e discussão:** O Projeto de Lei nº 422 de 2026 proposto pelo Deputado Delegado Paulo Bilynskyj pretende alterar a Lei nº 10.826, de 22 de dezembro de 2003 (Estatuto do Desarmamento), para assegurar o direito ao porte de arma de fogo às pessoas autodeclaradas transexuais (Brasil, 2026). Todo projeto de lei proposto na Câmara dos Deputados tem 3 partes: a parte preliminar, a parte normativa e a parte final, que muito interessa a essa análise, que contém prazo de vigência, cláusula revogatória, o fecho, e a justificativa, esta última sendo primordial para esta análise. O Deputado expõe dados da violência sofrida por esta comunidade, mas, de acordo com a nota publicada pela ANTRA em seu perfil no Instagram, esse projeto não atende às necessidades da comunidade. A associação alega, ainda, que os corpos trans estão sendo utilizados como forma de flexibilizar o armamento e que o mesmo não é sinônimo de proteção. Indo além, o que fica exposto nesse caso é uma materialização da Política de Apito Canino (Barbosa; Reynaldo; Santos; 2022), que é um discurso que a primeira vista parece como proteção (contra violência perpetrada contra as pessoa trans), mas que atinge um público ou uma finalidade diversa (flexibilizar o armamento, associar armas à segurança pública). Uma pequena comparação que se pode fazer é traçar o paralelo entre os países com mais armas do mundo como os Estados Unidos, com aproximadamente 393 milhões de armas (Exame, 2023), que não está no ranking de países mais seguros (G1, 2014). **Considerações finais/ Conclusão:** Conclui-se que, o projeto mencionado não garante proteção às pessoas trans, somente alimenta a agenda armamentista que o deputado defende.

“MINHA MULHER”: ESTRANHAS RELAÇÕES EM MINICONTOS DE OSWALDO FRANÇA JÚNIOR¹Nádia Santos de Paiva Neves¹ Centro Federal de Educação Tecnológica de Minas Gerais — CEFET-MG, Belo Horizonte, Minas Gerais, Brasil.**Palavras-Chave:** Minicontos; Insólito; Mulheres; Homens; Estranho.

Introdução, salienta-se que este estudo envolve a presença feminina em minicontos de *As laranjas iguais* (1985), de Oswaldo França Júnior. O **objetivo** é compreender a representação das mulheres nos minicontos “A esposa” e “As janelas abertas”, em que os personagens femininos se contrapõem às expectativas masculinas. Esse tema aparece nessas e em outras histórias do livro. Contudo, os dois minicontos foram selecionados por terem em comum a figura feminina como a esposa de um narrador masculino. Outro tema observado é a solidão relacionada à ideia do abandono, o qual se apresenta de forma distinta nas narrativas. Conhecido por retratar o cotidiano brasileiro com olhar crítico nos romances, o autor apresenta esse viés social e reflexivo nos minicontos, mas com uma faceta diferente que é a presença de elementos insólitos. Se nos romances França Júnior frequentemente apresenta o trabalhador brasileiro em narrativas do cotidiano (um caminhoneiro em *Jorge, um Brasileiro*; um mecânico de automóveis em *O homem do macacão*; um garimpeiro em *De ouro e de Amazônia*), por sua vez nos minicontos os personagens sem nome próprio ganham feições universais a partir de vivências humanas que se aproximam dos sonhos. Esses elementos criam imagens metafóricas e oníricas associadas às mulheres e que geram estranhamento nos protagonistas masculinos. Dessa forma, a **metodologia** do estudo é uma análise comparativa das histórias, a partir de temas como a solidão, o estranhamento e a família. A **discussão** sobre as características dos minicontos está presente em Francilene Ribeiro Alves Cechinel (2019); o estranhamento em Viktor Chklovski (1976) e Sigmund Freud (1919); a solidão em Ana Suy (2022); o insólito em Flávio Garcia (2021) e a ilusão em Ângela Maria Salgueiro Marques (2011). Dessa forma, nos **resultados** pretende-se observar nos minicontos as interações entre mulheres e homens, evidenciando as características compartilhadas e também os aspectos singulares de cada história. Nesse viés, cabe observar que nos dois casos os narradores são homens que estão em relações com esposas que não correspondem ao que é esperado para a constituição de uma família amorosa. Em “A esposa”, o narrador afirma ter na esposa a pessoa mais íntima para posteriormente concluir que não a conhece, pois ela vive em um mundo diferente do seu. Os personagens podem compartilhar o cotidiano, a residência, porém, são estranhos ao não se comunicarem de forma eficiente. Em “As janelas abertas”, a mulher do narrador abandona a casa, os filhos e ao homem resta permanecer com os filhos em uma residência que se torna prisão. **Conclui-se** que, ao se afastar da objetividade e mostrar nuances do insólito, França Júnior (1985) revela um viés para o fantástico com críticas às relações humanas e ao sentimento de solidão que perpassa relações entre casais.

POLÍTICAS EMPRESARIAIS E ENVELHECIMENTO ATIVO: ANÁLISE DA AÇÃO VOLUNTÁRIA “FLORES MADURAS” NA PROMOÇÃO DO BEM-ESTAR COM OS IDOSOS

¹Anne Verônica Mota de Castilho

¹Faculdade de Arquitetura, Artes, Comunicação e Design (FAAC), Bauru, São Paulo, Brasil.

Palavras-Chave: Responsabilidade Social Empresarial; Bem-Estar Social; Envelhecimento Ativo

Introdução: O envelhecimento populacional estabelece transformações na estrutura social, demandando políticas públicas e ações que assegurem qualidade de vida aos diversos grupos etários. Nesse cenário, o idoso contemporâneo ressignifica sua própria subjetividade, transformando hábitos cotidianos e perspectivas sobre a velhice (Areosa, 2008). Este resumo apresenta a ação voluntária "Flores Maduras", uma oficina de colagem artística realizada no Residencial Geriátrico Bem Estar, em Bauru/SP. Sua elaboração foi promovida a partir da Mosaicoteca, organização criada em 2025 a partir do trabalho integrado do curso de Relações Públicas da Unesp que promoveu ações extensionistas por meio da elaboração de modelos de negócios sustentáveis. **Objetivo:** Investigar ações de Responsabilidade Social Empresarial (RSE) através de atividades artísticas com materiais ressignificados, analisando seu potencial como ferramentas de promoção do bem-estar na população idosa. **Metodologia:** Adotou-se uma abordagem qualitativa do tipo pesquisa-ação, estruturada em ciclos de planejamento, intervenção e reflexão. A amostra foi composta por 14 idosas residentes (divididas em mesas de três a quatro integrantes), selecionadas por critério de conveniência. A coleta de dados ocorreu por meio da observação participante, com registros em diário de campo, e pela técnica de entrevista não estruturada durante a execução das colagens. Para mitigar limitações motoras, utilizaram-se materiais adaptados (recortes de grande escala). As narrativas espontâneas e memórias evocadas foram submetidas à Análise de Conteúdo (Bardin), categorizando as falas em eixos temáticos como "identidade", "reminiscência" e "socialização". A validação do impacto social e do alcance das políticas de RSE deu-se pela análise estética das obras e pelo registro da repercussão das exposições realizadas na universidade e no residencial. **Fundamentação teórica/ Resultados e discussão:** A oficina utilizou a colagem como instrumento de reminiscência e fortalecimento da autoconcepção. As narrativas coletadas foram organizadas em dois eixos centrais: Identidade Criativa e Memória Afetiva. Sob a ótica do sociointeracionismo (Vygotsky), a interação nas mesas de trabalho configurou uma "zona de desenvolvimento proximal", na qual a troca de sugestões estéticas e o compartilhamento de relatos, como de contextos da juventude evocados pelas imagens, permitiram às participantes ressignificar o cotidiano institucionalizado. A mediação entre pares e facilitadores foi determinante para a superação de barreiras motoras e cognitivas, transformando a limitação física em expressão artística. Os resultados indicam que a prática artística fomentou a sociabilidade das residentes. Tais evidências consolidam o papel da Mosaicoteca na promoção de ações que incentivam a RSE, demonstrando que o investimento em capital humano e cultural gera impactos mensuráveis na saúde psicossocial do público assistido. **Considerações finais/ Conclusão:** A comunicação dialógica e o engajamento organizacional em causas sociais são fundamentais para a efetivação de políticas de bem-estar. A produção artística na terceira idade auxilia na desconstrução de estigmas sobre o envelhecimento, reafirmando que estratégias culturais e criativas devem ser integradas como direitos fundamentais ao envelhecimento ativo e digno.

**CARTOGRAFIA CRÍTICA E CONFLITOS FUNDIÁRIOS URBANOS: MAPEAMENTO
COMO INSTRUMENTO DE DEFESA DO DIREITO À MORADIA**¹ Gabriela Duarte Costa² Antônia Pereira Seabra¹ IBMEC, Rio de Janeiro, RJ, Brasil; ² PUC-Rio, Rio de Janeiro, RJ, Brasil.

Palavras-Chave: cartografia crítica; conflitos fundiários; direito à moradia; direito à cidade; remoções.

Introdução: O presente resumo investiga a cartografia como possível dispositivo jurídico e político contra-hegemônico, que contribui diretamente com a luta pela moradia e pelo direito à cidade. Os mapas criam narrativas espaciais e, subsequentemente, são instrumentos de poder. A geografia e cartografia foram historicamente mecanismos usados para planejar e justificar ações militares e políticas, não se configurando como meras descrições neutras do espaço. O ato de mapear é produto de escolhas humanas, como temas representados, escalas, projeções cartográficas e relevância dada a certas áreas. É possível, então, invisibilizar ou evidenciar, tanto territórios, como conflitos. O termo “silêncios cartográficos” dialoga com o contexto do Rio de Janeiro, uma vez que conflitos fundiários urbanos não aparecem nas bases oficiais de forma sistematizada. Apesar dos mapas serem e terem sido usados para dominação territorial, eles podem ser apropriados para denunciar relações de poder, neste caso, envolvendo práticas de remoção, trabalho que já vem sendo feito por um grupo de pesquisa e extensão da UFRJ. **Objetivo:** Analisar o projeto “Cartografias Jurídicas: mapeando os conflitos fundiários urbanos”, desenvolvido pelo Labá — Direito, Espaço e Política (UFRJ), em parceria com outras instituições, investigando como o mapeamento pode colaborar na representação de conflitos fundiários urbanos no Rio de Janeiro. **Metodologia:** A pesquisa possui caráter qualitativo e baseia-se em fontes secundárias qualificadas. Dessa maneira, será realizada uma articulação entre a revisão bibliográfica da cartografia crítica e a análise da produção cartográfica do projeto “Cartografias Jurídicas”, a partir de artigo acadêmico elaborado por pesquisadores vinculados ao grupo. A combinação desses procedimentos permitirá a visualização de padrões territoriais nas ameaças de remoção. Paralelamente, conseguiremos identificar a atuação de diferentes agentes envolvidos nestes conflitos e compreender suas motivações, tudo enquanto a confidencialidade dos casos é preservada. **Resultados e discussão:** Em 2022, 149 casos de conflitos fundiários foram registrados, afetando aproximadamente 14.505 famílias. Dentre eles, 143 correspondiam a ameaças de remoção, 2 foram efetivados e 4 foram evitados. Observou-se que o problema central não é somente a remoção efetiva, como também a insegurança permanente de posse, que pode se prolongar por décadas. Ademais, o mapeamento permitiu evidenciar um padrão na distribuição territorial dos conflitos: a maioria deles ocorrem nas Áreas de Planejamento 1 e 4, sejam por motivações econômicas ou por intervenções urbanas, tanto promovidas pelo Estado, quanto por agentes privados. **Conclusão:** O trabalho produzido evidencia como a cartografia é um possível instrumento jurídico e político contra-hegemônico ao coletar, sistematizar e espacializar casos que envolvam remoção ou ameaça de remoção da população hipossuficiente na cidade. O mapeamento realizado pelo Labá transcende a mera análise processual, na medida em que torna visíveis dinâmicas frequentemente ocultas do espaço urbano. Os dados produzidos não aparecem como ocorrências isoladas, mas como indícios de uma ampla estrutura de segregação socioespacial. Iniciativas dessa natureza contribuem para difundir tais informações para instituições, pesquisadores e para o debate público, podendo contribuir para a formulação de políticas públicas e



II CONGRESSO NACIONAL DOS
ESTUDOS EM SUBJETIVIDADE,
POLÍTICA E ARTE

NUEST

urbanas mais justas. Nesse sentido, a cartografia crítica constitui também uma disputa epistemológica, capaz de fortalecer a defesa do direito à moradia.

BIOPOLÍTICA ARMAMENTISTA HEGEMÔNICA: MASCULINIDADES BRANCAS, NECROBIOPODER E A SUBJETIVAÇÃO LETAL DE TRAVESTIS NEGRAS NO BRASIL¹Caio Roberto Mendes Ferreira¹Universidade Federal da Paraíba, Cajazeiras, Paraíba, Brasil.

Palavras-Chave: Biopolítica armamentista; Masculinidades brancas; Necrobiopoder trans; Interseccionalidade *queer*; Direitos humanos.

Introdução: O Brasil ocupa há 18 anos consecutivos a posição de país que mais assassina pessoas trans e travestis no mundo, com registros que ultrapassam 1.000 mortes na última década, das quais cerca de 78% recaem sobre corpos negros e aproximadamente 44% são executadas por arma de fogo. Paralelamente, a flexibilização implementada entre 2019 e 2022 introduziu mais de 900 mil novas armas em circulação civil, configurando um cenário de distribuição racializada da letalidade estatal. Diante desse panorama, emerge a seguinte questão norteadora: de que maneira as políticas armamentistas, sustentadas por masculinidades brancas hegemônicas, operam como tecnologias de subjetivação letal dirigidas a travestis negras, e em que medida uma crítica interseccional pode oferecer subsídios normativos para o desmantelamento dessa necropolítica de gênero? A relevância do estudo reside na escassez de investigações que articulem, de forma integrada, política criminal, estudos críticos da branquitude e violência transfóbica racializada. **Objetivo:** Analisar criticamente como a biopolítica armamentista hegemônica, articulada por masculinidades brancas, produz mecanismos de subjetivação letal sobre travestis negras, propondo subsídios interseccionais para a desconstrução normativa dessa necropolítica de gênero à luz da Teoria Crítica dos Direitos Humanos (Herrera Flores, 2009). **Metodologia:** Adota-se abordagem qualitativa, de natureza exploratória (Gil, 2022) e crítico-analítica (Nobre, 2004), fundamentada na análise interseccional de decisões do Supremo Tribunal Federal (STF) e do Superior Tribunal de Justiça (STJ) relativas à violência armada, controle de armas e crimes de ódio transfóbicos (ANTRA, 2025), com atenção às implicações sobre corpos dissidentes. Emprega-se revisão bibliográfica narrativa em bases como SciELO, CAPES e *Google Scholar*, complementada por análise documental dos dossiês da Associação Nacional de Travestis e Transexuais (ANTRA) e dos relatórios do *Trans Murder Monitoring*. **Fundamentação teórica:** O aporte teórico mobiliza a biopolítica (Foucault, 2005) e a Necropolítica (Mbembe, 2018) como matrizes complementares, o necrobiopoder (Bento, 2018) como inseparabilidade entre fazer-viver e fazer-morrer no Estado pós-colonial brasileiro, a pedagogia da crueldade (Segato, 2018) como lógica de transmutação de corpos vivos em coisas, e a interseccionalidade (Collins, 2022; Crenshaw, 1989, 1991) como ferramenta analítica para compreender a imbricação estrutural entre racismo, masculinidades, (cis)heteropatriarcado (Akotirene, 2019) e capitalismo. Nesse contexto, a literatura evidencia linhas de pesquisa consolidadas em necropolítica trans, estudos críticos da branquitude (Bento, 2022) e masculinidades hegemônicas (Connell, 2005). Todavia inexistem investigações que articulem simultaneamente esses eixos com a política armamentista, configurando-se tal ausência como lacuna crítica para a compreensão da violência transfóbica racializada. Portanto, os achados preliminares sugerem que a distribuição soberana de armas funciona como tecnologia biopolítica que protege certos corpos enquanto expõe outros à violência letal, e que 97% dos compradores de armas no período analisado eram homens, predominantemente brancos e conservadores. **Conclusões:** Os resultados parciais indicam que a biopolítica armamentista opera como dispositivo de gênero, raça, território e classe que naturaliza o extermínio de travestis negras sob o manto da segurança pública. Isso posto, a

contribuição deste estudo reside na proposição do conceito de biopolítica armamentista como categoria analítica original, oferecendo à academia instrumental teórico para nomear um nexos historicamente silenciado. Ademais, no plano social, o trabalho subsidiará políticas públicas de controle de armas com perspectiva de gênero e raça, Educação em Direitos Humanos e Diversidades (EDHD) voltada à desconstrução de masculinidades letais e regulação constitucional do acesso a armamentos como proteção à vida de populações (hiper)vulnerabilizadas.

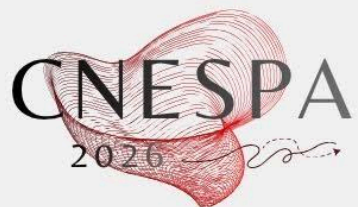
INTEGRAÇÃO EXPERIENCIAL COMO PROPOSTA DE SISTEMATIZAÇÃO DA REORGANIZAÇÃO DA EXPERIÊNCIA VIVIDA EM SIGNIFICADO

¹Lilian Cristina da Silva Pedroso

¹Anhanguera, Sorocaba, SP, Brasil

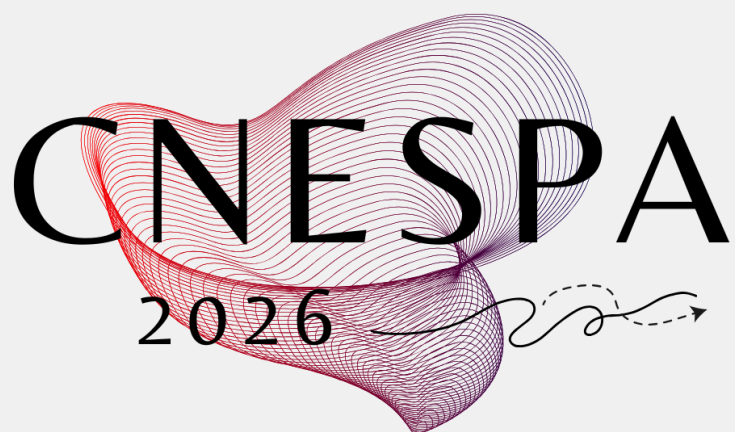
Palavras-chave: Experiência vivida; Integração experiencial; Produção de sentido; Regulação emocional.

Introdução: Estudos indicam que as experiências vividas participam da produção de sentidos, da regulação emocional e das respostas comportamentais dos sujeitos. A experiência constitui um contato direto com o vivido e antecede sua explicação, servindo de base para a produção de significados. No entanto, os processos que articulam experiência, significado e ação aparecem de forma separada na literatura, o que dificulta compreender como o sujeito passa do vivido à interpretação e à resposta. Nesse contexto, a produção de sentidos envolve a organização da experiência sensível e o modo como o sujeito interpreta as situações e orienta suas respostas ao mundo. Essa lacuna justifica a proposição de uma sistematização que explicita como a experiência vivida se reorganiza em significado. **Objetivo:** Apresentar a integração experiencial como uma proposta de sistematização dos processos psicológicos envolvidos na reorganização da experiência vivida em significado, com implicações para a compreensão da produção de sentidos. **Metodologia:** Trata-se de um estudo teórico de natureza conceitual, desenvolvido por meio de revisão narrativa da literatura em Psicologia, com foco em experiência vivida, construção de significado e regulação emocional. O procedimento consistiu na identificação de convergências entre esses campos teóricos, organizando os processos psicológicos implicados na passagem da experiência vivida para a interpretação e para a resposta do sujeito. **Resultados e Discussão:** Os estudos analisados indicam que a experiência vivida reúne, de forma simultânea, sensações corporais, emoções, imagens e interpretações. Em situações de dificuldade, esses componentes podem permanecer pouco articulados, de modo que a experiência não se organiza em significado, mantendo-se em registros sensoriais, emocionais ou fragmentados. Nesses casos, o sujeito tende a responder de forma imediata, com baixa mediação interpretativa. A reorganização ocorre quando a experiência passa a ser retomada e elaborada por meio de processos de atribuição de significado. Esse movimento envolve comparar a experiência com referências já existentes, reavaliar interpretações e reorganizar o que foi vivido em uma interpretação mais coerente da situação. Quando esse processo se estabelece, o significado atribuído à experiência é modificado, alterando a forma como o sujeito compreende a situação, a si mesmo e suas possibilidades de ação. Tal reorganização pode modificar a relação entre o que foi vivido, sua interpretação e as possibilidades de ação do sujeito, favorecendo respostas mais consistentes e menos imediatas. **Conclusão:** A integração experiencial permite compreender como a experiência vivida, inicialmente pouco articulada, pode ser reorganizada em significado, orientando a ação do sujeito. Ao explicitar a relação entre experiência, interpretação e ação, a proposta contribui para compreender a produção de sentidos como um processo de reorganização da experiência, no qual emoções, percepções e interpretações passam a se articular, favorecendo respostas mais consistentes diante das situações vividas. A proposta não introduz novos fenômenos, mas organiza, em um mesmo encadeamento, processos já descritos na literatura psicológica. Como limitação, destaca-se o caráter teórico do estudo.



II CONGRESSO NACIONAL DOS
ESTUDOS EM SUBJETIVIDADE,
POLÍTICA E ARTE

NUEST



CAPÍTULO DOS RESUMOS EXPANDIDOS

CANIBALISMO INSTITUCIONAL: A INSTABILIDADE POLÍTICA PERUANA NA ÚLTIMA DÉCADA (2016-2026)

¹ Armando Henrique Silva Semeão

¹ Universidade Estadual de Maringá, Maringá, Paraná, Brasil.

Resumo: A instabilidade política no Peru tem se consolidado como uma característica marcante do sistema político nacional ao longo da última década, sendo evidenciada pela sucessiva substituição de presidentes e por conflitos recorrentes entre os poderes do Estado. Este trabalho analisa o fenômeno denominado “canibalismo institucional”, compreendido, neste estudo, como uma formulação interpretativa utilizada para descrever o processo em que instituições que deveriam atuar de forma equilibrada passam a enfraquecer umas às outras, comprometendo a estabilidade democrática. Trata-se de uma pesquisa qualitativa baseada em revisão bibliográfica e análise documental de eventos políticos ocorridos entre 2016 e 2026. Os resultados demonstram que fatores como a fragmentação partidária, o uso recorrente da vacância presidencial e a fragilidade das instituições políticas contribuíram para a instabilidade governamental. Nesse período, o país vivenciou sucessivas trocas de presidentes, evidenciando um cenário de crise institucional persistente. Conclui-se que o canibalismo institucional representa um processo de erosão das instituições democráticas, comprometendo a governabilidade e a confiança pública no sistema político peruano.

Palavras-chave: instabilidade política; Peru; instituições políticas; crise democrática; governabilidade.

INTRODUÇÃO

A estabilidade institucional é um elemento essencial para o funcionamento das democracias contemporâneas, pois permite a continuidade administrativa, o equilíbrio entre os poderes e a confiança da população nas instituições políticas. Contudo, nas últimas décadas, a América Latina tem enfrentado processos de fragilização institucional, marcados por crises políticas recorrentes e pela deterioração das relações entre os poderes do Estado.

O Peru se destaca como um caso emblemático de instabilidade política persistente. Desde 2016, o país vivenciou uma sucessão de crises institucionais que resultaram na substituição frequente de presidentes, evidenciando um cenário de fragilidade estrutural do sistema político. Essa instabilidade reflete dificuldades no funcionamento dos mecanismos de pesos e contrapesos, fundamentais para o equilíbrio democrático.

O uso da expressão “canibalismo institucional” permite compreender esse processo de deterioração, pois descreve, situações em que instituições que deveriam se complementar passam a se enfraquecer mutuamente. Cabe destacar, porém, que essa expressão não aparece como categoria formulada diretamente nas obras mobilizadas, mas é adotada aqui como uma interpretação do autor

para explicar a dinâmica política peruana. Nesse sentido, o diálogo com Levitsky e Ziblatt se dá na medida em que esses autores analisam a erosão democrática como um processo gradual de enfraquecimento institucional, conduzido pelo uso estratégico das regras formais e pelo abandono de normas informais, como a tolerância mútua e a contenção institucional, e não propriamente por uma lógica de “autodestruição” entre elas. Tal mediação teórica é necessária para evitar atribuir aos autores um conceito que não é empregado por eles.

Entre 2016 e 2026, o Peru atravessou uma rotatividade presidencial, com sucessivas mudanças no comando do Executivo, o que revela a persistência da crise política no país. Em fevereiro de 2026, por exemplo, a posse de José María Balcázar como presidente interino ocorreu após a destituição de José Jerí, em mais um episódio de instabilidade. A imprensa internacional registrou que o país já havia chegado a sete presidentes desde 2016 antes dessa nova substituição, enquanto a Reuters informou que Balcázar se tornou o oitavo presidente em oito anos. Esse cenário reforça a percepção de uma crise institucional profunda e prolongada.

OBJETIVO

Este trabalho tem como objetivo analisar o fenômeno do canibalismo institucional no Peru ao longo da última década, buscando compreender os fatores que contribuíram para a instabilidade política e para o enfraquecimento das instituições democráticas.

METODOLOGIA

A pesquisa caracteriza-se como um estudo qualitativo, de natureza exploratória e descritiva, fundamentado em revisão bibliográfica e análise documental. Foram analisados artigos científicos de teoria política, documentos institucionais e publicações jornalísticas que abordam a instabilidade política peruana e o funcionamento das instituições democráticas.

No plano documental, foram considerados materiais referentes aos principais eventos políticos ocorridos no Peru entre 2016 e 2026, com ênfase nas crises presidenciais, nos conflitos entre Executivo e Legislativo e na aplicação da vacância presidencial. Entre as fontes, destacam-se a Constituição Política do Peru, especialmente o artigo 113, que prevê a vacância da Presidência da República por incapacidade moral ou física permanente declarada pelo Congresso, além de registros jornalísticos e institucionais sobre a sucessão presidencial recente.

O método adotado buscou compreender as relações entre os poderes Executivo e Legislativo, bem como os impactos dessas interações na estabilidade institucional. A estratégia analítica consistiu na leitura interpretativa do material selecionado, observando como a fragmentação partidária, o uso recorrente de mecanismos constitucionais e a ausência de consensos mínimos entre os atores políticos contribuíram para a crise de governabilidade.

FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

A democracia moderna é estruturada sobre o princípio do equilíbrio entre os poderes, conhecido como sistema de pesos e contrapesos. Esse mecanismo permite que os diferentes órgãos do Estado exerçam funções de controle mútuo, evitando a concentração excessiva de poder. No entanto, quando esse sistema deixa de funcionar adequadamente, as instituições passam a enfraquecer umas às outras, gerando instabilidade política.

Esse cenário reflete não apenas crises políticas pontuais, mas também fragilidades estruturais relacionadas à fragmentação partidária e à ausência de coalizões políticas estáveis. No caso peruano, a dificuldade de formação de maiorias parlamentares consistentes e a baixa institucionalização do sistema partidário contribuíram para ampliar os conflitos entre os poderes e para tornar a governabilidade mais vulnerável.

Um dos principais mecanismos utilizados nesse processo foi o instituto da vacância presidencial por “incapacidade moral permanente”, previsto na Constituição peruana. Embora esse instrumento tenha sido concebido como uma medida excepcional, ele passou a ser mobilizado com frequência em meio aos conflitos políticos, contribuindo para a instabilidade governamental, com o seu uso reiterado no contexto de forte disputa política.

Esse fenômeno pode ser interpretado, neste artigo, como uma forma de canibalismo institucional, pois as próprias instituições responsáveis pela manutenção da estabilidade democrática passam a contribuir para sua fragilização. Convém registrar, no entanto, que essa noção é assumida aqui como formulação interpretativa do trabalho, e não como conceito literal formulado por Levitsky e Ziblatt. A aproximação com esses autores se justifica porque eles analisam como democracias podem se desgastar gradualmente por dentro, quando os atores políticos deixam de respeitar limites institucionais informais e passam a utilizar as regras do jogo de modo agressivo e estratégico.

No que se refere a O'Donnell, é importante reconhecer uma tensão teórica. A ideia de democracia delegativa está associada, em grande medida, à concentração de poder no Executivo. Já no caso peruano recente, observa-se forte protagonismo do Legislativo na destituição de presidentes e na condução da crise institucional. Assim, a utilização dessa referência exige leitura crítica, uma vez que o cenário peruano não reproduz integralmente o modelo descrito pelo autor, embora dialogue com a discussão mais ampla sobre fragilidade institucional e funcionamento imperfeito da democracia.

A fragmentação do sistema partidário peruano dificulta a formação de maiorias estáveis no Congresso, intensificando os conflitos entre os poderes e aumentando a instabilidade política. Esse cenário compromete a implementação de políticas públicas e enfraquece a capacidade do Estado de atuar de forma eficaz. Desse modo, a sucessiva queda de presidentes e o constante bloqueio institucional revelam uma dinâmica em que as instituições deixam de operar como fatores de equilíbrio e passam a funcionar como agentes de desgaste recíproco.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A análise da instabilidade política peruana demonstra a existência de um processo de fragilização institucional caracterizado pelo enfraquecimento das relações entre os poderes do Estado. A noção de canibalismo institucional, assumida neste trabalho como uma formulação interpretativa, permite compreender como as próprias instituições podem contribuir para sua deterioração, comprometendo o funcionamento democrático.

Conclui-se que esse processo representa uma ameaça significativa à estabilidade democrática, pois compromete a governabilidade e reduz a confiança da população nas instituições. O caso peruano mostra que a crise política recente não decorre apenas de conflitos eventuais, mas de uma dinâmica prolongada de tensão entre Executivo e Legislativo, agravada pela fragmentação partidária e pelo uso recorrente de mecanismos constitucionais em disputas de poder. A superação desse cenário depende do fortalecimento das instituições políticas e da reconstrução do equilíbrio entre os poderes do Estado.

REFERÊNCIAS

BBC NEWS BRASIL. **Crise política no Peru: sucessão de presidentes e instabilidade institucional**. BBC News Brasil, 2023.

LEVITSKY, Steven; ZIBLATT, Daniel. **Como as democracias morrem**. Rio de Janeiro: Zahar, 2018.

MAINWARING, Scott. **Party systems in Latin America: institutionalization, decay, and collapse**. New York: Cambridge University Press, 2018.

O'DONNELL, Guillermo. **Democracia delegativa**. *Novos Estudos CEBRAP*, São Paulo, n. 31, p. 25-40, 1991.

PERU. **Constitución Política del Perú**. Lima: Congreso de la República del Perú.

A AÇÃO EFÊMERA NO URBANISMO CONTEMPORÂNEO: Um Resgate do Pensamento Situacionista?

¹ Lourdes Caroline Ribeiro Sanches da Silva;

² Marília Solfa;

³ Teresa Cristina de Almeida Faria.

¹ Universidade Federal de Viçosa, Viçosa, MG, Brasil; ² Universidade Federal de Viçosa, Viçosa, MG, Brasil; ³

Universidade Federal de Viçosa, Viçosa, MG, Brasil.

Resumo: O presente trabalho discute sobre possíveis relações entre os princípios da Internacional Situacionista (IS) e as práticas contemporâneas de ações efêmeras no espaço urbano. Partindo de um estudo bibliográfico, discute-se como conceitos situacionistas, especialmente a deriva, a psicogeografia e a construção de situações, se relacionam com as intervenções efêmeras atuais, e até que ponto podemos apontar um resgate teórico e prático. Embora existam conexões conceituais e metodológicas entre a IS e as intervenções efêmeras contemporâneas, a última configura um campo heterogêneo e distinto, marcado por disputas, apropriações e diferentes graus de ruptura com a produção hegemônica do espaço urbano.

Palavras-Chave: Internacional Situacionista; Intervenções urbanas; Direito à cidade.

INTRODUÇÃO

A Internacional Situacionista (IS) se iniciou no fim da década de 1950, propondo novas territorialidades que subvertiam a cidade funcionalista moderna através da participação ativa do indivíduo (Jacques, 2003). Criado por Debord, o movimento perdurou até o início da década de 1970, mas seus princípios continuam a influenciar o urbanismo contemporâneo.

Esses princípios, voltados para a transformação do cotidiano e experimentação do espaço urbano, permanecem como referência especialmente em intervenções urbanas efêmeras. Embora não constituam um movimento unificado, essas ações contemporâneas têm como objetivo central diversificar os usos do espaço público, mobilizando ideais e ferramentas que dialogam com a IS. Assim, procura-se responder: Como os princípios da IS se relacionam com as práticas contemporâneas de intervenções temporárias? Quais são os limites e as potencialidades de resgatar teorias e práticas de contextos tão distintos?

OBJETIVO

Este resumo tem como objetivo discutir como as ideias situacionistas se articulam com as práticas contemporâneas de intervenções efêmeras. Busca-se evidenciar como tais práticas retomam

ou ressignificam princípios críticos originalmente formulados pela IS, subvertendo usos hegemônicos e reivindicando novos modos de vivenciar o espaço.

METODOLOGIA

O estudo adota abordagem qualitativa de caráter teórico, a partir da pesquisa bibliográfica em livros e artigos científicos. A partir da leitura e análise crítica das referências, foram estabelecidos paralelos conceituais entre os princípios da IS e intervenções efêmeras contemporâneas, identificando aproximações e divergências entre esses campos.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

A Internacional Situacionista (IS) foi um movimento de vanguarda centrado na “crítica radical ao sistema capitalista através da práxis artístico-política”, aliando os pensamentos de vanguardas artísticas do início do século XX à teoria revolucionária marxista (Bortolanza, 2025). O grupo publicou 12 edições da revista *Internationale Situationiste*, de 1957 à 1969, além de organizar panfletos e ações públicas, que culminou em sua participação ativa nos eventos de Maio de 1968, em Paris (Jacques, 2003). Para a IS, propor uma arte diretamente ligada à vida implicava reimaginar a cidade e a vida urbana (Jacques, 2003), o que levou ao surgimento de novas práticas para compreensão da cidade, como a deriva e a psicogeografia.

A psicogeografia investigava os efeitos produzidos pelo meio geográfico, planejado ou não, sobre o “comportamento afetivo” dos indivíduos (Jacques, 2003). A partir de uma abordagem subjetiva, o ambiente urbano era investigado em mapas afetivos, como *The Naked City*, de Debord (Jacques, 2003). Já a deriva pode ser compreendida como o exercício prático da psicogeografia: embora se aproxime da atuação do *flâneur*, não é uma prática vaga, pois pressupõe um percurso orientado e passível de transformação (Bortolanza, 2025).

A partir dessas abordagens, a IS criava as “situações”, ou seja, momentos de vida construídos deliberadamente pelo coletivo no tempo presente, no qual se alterava o “cenário material da vida” e, conseqüentemente, os comportamentos causados por ele (Jacques, 2003).

A preocupação em transformar o cotidiano por meio de pequenas rupturas no espaço urbano reverbera diretamente em práticas contemporâneas. Essas ações retomam não apenas ideais situacionistas, mas também outros conceitos que, naquele momento, centralizavam o cidadão na discussão sobre a cidade, como o conceito de direito à cidade de Lefebvre. Esse conceito, resgatado

por Harvey, pode ser compreendido como o direito coletivo de reinventar a cidade conforme nossos desejos, dependendo “inevitavelmente do exercício de um poder coletivo sobre o processo de urbanização” (Harvey, 2014, p.28). O direito à cidade fundamenta diversas lutas urbanas atuais, dando sentido à apropriação de espaços e mobilizações populares (Tavolari, 2016), inclusive em intervenções efêmeras urbanas.

Atualmente, ações efêmeras assumem diversos formatos e terminologias, como intervenções temporárias, urbanismo tático, urbanismo guerrilha e urbanismo insurgente. Alguns exemplos práticos são: ações artísticas, como grafites, performances e apresentações culturais; o fechamento de vias para automóveis aos domingos, permitindo o uso para lazer e mobilidade ativa; e a apropriação espontânea de praças e parques por grupos de skate, parkour ou outras práticas esportivas e corporais. Apesar de diversas, todas as ações sugerem novas perspectivas para a cidade e alternativas para dilemas cotidianos (Maziviero; Almeida, 2017).

De forma similar aos situacionistas, essas práticas buscam romper com a cidade rígida e formar microrresistências no espaço público. Conforme Maziviero e Almeida (2017), os marcos regulatórios e a burocracia frequentemente limitam iniciativas inovadoras ao adotarem uma visão única e restritiva do espaço, desconsiderando as múltiplas camadas de apropriação.

Portanto, aí reside o papel do efêmero no urbanismo contemporâneo: produzir brechas capazes de revelar outras possibilidades de uso, percepção e vivência da cidade. Ao provocar deslocamentos na experiência cotidiana e reconfigurar temporariamente a paisagem local, essas ações desafiam a rigidez urbana e a reprodução de uma cidade orientada prioritariamente por interesses econômicos. Assim como propunha a IS, as ações atuais também possibilitam instaurar situações capazes de confrontar a passividade urbana, estimulando práticas de experimentação e construção coletiva do espaço.

Apesar de estarem sempre ameaçadas pela cooptação, diversas ações seguem carregando um forte caráter político e contestatório, atuando como microinsurgências no tecido urbano. É o caso de intervenções de reflorestamento ou jardinagem de guerrilha, que realizam plantio de árvores e outras plantas em áreas urbanas, mesmo sem permissão governamental. Outro exemplo são as ações do artista João Luis Prado Simões França, conhecido como M.I.A. (Massive Illegal Arts), que realiza pixos de grande escala em edifícios elitizados e monumentos históricos carregados de simbolismos excludentes, trazendo novos olhares críticos sobre espaços que geralmente passam despercebidos.

Porém, o campo das ações efêmeras não é homogêneo. Práticas insurgentes, quando cooptadas por agendas neoliberais, convertem-se em instrumentos de marketing urbano ou embelezamento. Esse é o caso de muitos *parklets*, que, embora tenham surgido com a proposta de transformar estacionamentos em pequenos parques, devolvendo ao pedestre o espaço do automóvel, são frequentemente utilizados como extensões do comércio, criando novas formas de mercantilização do espaço público (Albuquerque; Dias, 2019). Assim, se existem práticas disruptivas, existem também ações que, mesmo sob a aparência de inovação ou participação, operam de modo acrítico, distanciando-se dos princípios situacionistas.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Conclui-se que há conexões entre os princípios da IS e diversas ações efêmeras contemporâneas, especialmente na valorização da experiência sensível da cidade, na crítica às formas hegemônicas de produção do espaço e na ampliação da participação cidadã por meio de microinsurgências urbanas. Entretanto, tais ações efêmeras não constituem uma continuidade direta da IS, dada a sua diversidade de contextos socioeconômicos, políticos e culturais. Elas configuram, antes, um campo heterogêneo, marcado por agendas e circunstâncias distintas, no qual coexistem práticas que subvertem a ordem urbana e, em sentido oposto, ações acríticas que reproduzem desigualdades. Nesse sentido, o reconhecimento dessas complexidades torna-se fundamental para o avanço das reivindicações pelo direito à cidade.

Financiamento: Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico — CNPq.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALBUQUERQUE, Maria Claudia Bentes; DIAS, Daniella Maria dos Santos. **O direito à cidade nos interstícios do espaço público: parklets para que e para quem?**. Revista de Direito da Cidade, [s. l.], v. 11, n. 3, p. 347–375, 2019.

BORTOLANZA, Victor Bauermann. **A Internacional Situacionista: Uma estudo sobre a relação entre vanguardas históricas e revolução**. 2025. 188 f. — Universidade Federal de Santa Catarina, [s. l.], 2025.

HARVEY, David. **Cidades Rebeldes — do direito à cidade à revolução urbana**. São Paulo: Martins Fontes, 2014-. ISSN 1098-6596.

JACQUES, Paola Berenstein. **Apologia da deriva: Escritos situacionistas sobre a cidade**. Rio de

Janeiro: Casa da Palavra, 2003.

MAZIVIERO, Maria Carolina; ALMEIDA, Eneida de. **Urbanismo Insurgente: ações recentes de coletivos urbanos ressignificando o espaço público na cidade de São Paulo.** Anais do XVII ENANPUR, [s. l.], p. 1–18, 2017.

TAVOLARI, Bianca. **Direito à cidade: uma trajetória conceitual.** Novos estudos, [s. l.], p. 93–109, 2016.

CULTURA PARA A TRANSFORMAÇÃO URBANA: da experiência de Medellín às práticas de arte pública em Juiz de Fora

¹Mariana de Oliveira Macêdo

²Alliny Silva Sant'Ana

³Marília Solfa

⁴Teresa Cristina de Almeida Faria

¹ Universidade Federal de Viçosa, Viçosa, Minas Gerais, Brasil; ² Universidade Federal de Viçosa, Viçosa, Minas Gerais, Brasil;

³ Universidade Federal de Viçosa, Viçosa, Minas Gerais, Brasil; ⁴ Universidade Federal de Viçosa, Viçosa, Minas Gerais, Brasil.

Resumo: Este trabalho discute o papel da arte pública na construção de cidades mais democráticas, sensíveis e educadoras, analisando como práticas culturais podem atuar como infraestruturas sociais e pedagógicas no planejamento urbano contemporâneo. Parte-se da experiência de Medellín, na Colômbia, cuja política urbana, especialmente a partir dos anos 2000, passou a articular cultura, educação e urbanismo como pilares de um projeto ético de cidade orientado ao bem viver. Nesse contexto, a arte deixa de ser compreendida como elemento ornamental ou monumental e passa a ser mobilizada como dispositivo urbano capaz de produzir pertencimento, fortalecer vínculos comunitários e promover a apropriação coletiva do espaço público. A pesquisa adota abordagem qualitativa, baseada em revisão bibliográfica e análise interpretativa de documentos e experiências urbanas. A partir desse referencial, o estudo discute iniciativas recentes na cidade de Juiz de Fora, Minas Gerais, que articulam arte urbana, participação social e requalificação territorial, como projetos de muralismo e intervenções culturais em espaços públicos. Os resultados indicam que tais experiências contribuem para a produção de novas camadas de memória, identidade e cidadania, evidenciando que a arte pode operar como ferramenta de transformação urbana e fortalecimento comunitário. Conclui-se que, embora em escalas distintas, Medellín e Juiz de Fora demonstram que a cultura pode constituir eixo estruturante do planejamento urbano, ampliando as possibilidades de construção de cidades mais inclusivas e sensíveis.

Palavras-Chave: Arte pública; Urbanismo social; Planejamento urbano; Espaço público.

INTRODUÇÃO

A arte, ao longo da história urbana, ocupou múltiplas funções no espaço público. Em muitos contextos, foi concebida como monumento, celebração histórica ou espetáculo visual, frequentemente representando narrativas oficiais e reforçando símbolos de poder. Ao mesmo tempo, também foi mobilizada como forma de questionamento e contestação dos valores vigentes. O que é fato, é que ela sempre carregou um potencial latente de produzir significados compartilhados, ativar memórias coletivas e transformar a relação dos habitantes com seus territórios. Em sua dimensão política e sensível, a arte pública atua como mediadora entre indivíduo e cidade, podendo contribuir

para a construção de pertencimento e para a produção de subjetividades urbanas.

Nas últimas décadas, debates sobre urbanismo alternativo (Montaner, 2012) e práticas insurgentes de planejamento (Miraftab, 2016) têm reposicionado a arte como dispositivo ativo na produção da cidade. Em vez de mero ornamento, ela emerge como ferramenta de educação cívica, tecnologia social de transformação territorial e instrumento de democratização do espaço público. Essa vertente é visível em diversas experiências latino-americanas, nas quais cultura e arte são articuladas ao planejamento urbano, à participação cidadã e à construção de políticas de equidade.

Neste contexto, Medellín se destaca como um dos casos mais emblemáticos de reconceituação da cultura no planejamento urbano contemporâneo. A partir dos anos 2000, a cidade passou a defender um projeto ético denominado “Cidades para a Vida” (Carta de Medellín, 2014), no qual cultura e educação assumiram uma centralidade como pilares do bem viver. A arte deixou de ser adorno urbano e passou a figurar como infraestrutura social e pedagógica, articulando dimensões materiais, imateriais e políticas da vida urbana. Nesse sentido, ela se torna dispositivo urbano, instrumento de transformação territorial e veículo de produção de novas epistemologias urbanas: sensíveis, políticas e comunitárias.

OBJETIVO

Tomando esse horizonte como ponto de partida, o presente trabalho tem como objetivo analisar como a cidade de Medellín reconceitua a arte e a cultura como infraestruturas sociais pedagógicas para a transformação urbana, e discutir de que maneira experiências recentes da cidade de Juiz de Fora dialogam com essa perspectiva. Busca-se compreender como intervenções artísticas e culturais podem contribuir para a construção de pertencimento, para a educação cidadã e para a ressignificação da relação entre habitantes e territórios.

METODOLOGIA

A pesquisa adota abordagem qualitativa, baseada em revisão bibliográfica e análise interpretativa de documentos e experiências urbanas. Inicialmente, realizou-se levantamento teórico sobre conceitos como “urbanismo alternativo”, “planejamento urbano insurgente” e “urbanismo social”, com destaque para contribuições de Montaner (2012) e Miraftab (2016), bem como documentos institucionais como a Carta de Medellín (2014).

A partir desse referencial, foi realizada análise da experiência de Medellín, considerando suas

políticas urbanas voltadas à integração entre cultura, educação e planejamento. Em seguida, foram levantadas iniciativas culturais e artísticas desenvolvidas na cidade de Juiz de Fora (MG), especialmente projetos de muralismo e intervenções urbanas que articulam participação social, arte pública e requalificação territorial. Isso porque Juiz de Fora destaca-se como um caso representativo de cidade brasileira que, embora não tenha formalizado políticas inspiradas no modelo de Medellín, vem incorporando práticas e discursos que dialogam com os princípios do “urbanismo alternativo”.

FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA/ RESULTADOS E DISCUSSÃO

A Carta de Medellín (2014) enuncia que educação, cultura e estética não são dimensões complementares, mas estruturantes para a construção de uma cidade ética, democrática e orientada ao bem viver. Nesse processo, a cultura passa a ser entendida como uma forma de infraestrutura social da cidade, uma camada profunda que organiza modos de vida, fomenta vínculos sociais e orienta projetos coletivos de transformação.

Essa concepção rompe com a tradição da arte pública monumental, autorreferencial ou comemorativa, que historicamente reforçou narrativas hegemonicamente construídas de cima para baixo. Medellín propõe que a arte seja elemento vinculante das ações cotidianas e da vida real, integrando moradores, espaços, práticas e temporalidades diversas. Dessa forma, reconfiguram-se os sentidos de “público” e de “coisa pública”, ampliando a participação cidadã e promovendo a apropriação coletiva do espaço urbano (Carta de Medellín, 2014).

Esse movimento também se articula a uma perspectiva pedagógica do urbanismo. A cidade passa a ser concebida como “Cidade Escola”, na qual bibliotecas, museus, praças, parques e equipamentos culturais constituem uma rede educativa territorial. Infraestruturas culturais como os Parques Biblioteca exemplificam essa abordagem ao integrar aprendizado, cultura, memória e convivência.

Ao observar a realidade de Juiz de Fora, na Zona da Mata mineira, percebe-se que a cidade vem desenvolvendo, ainda que de forma gradual e em escala distinta, iniciativas que dialogam com essa compreensão da cultura como vetor de transformação territorial. Essas práticas indicam que Juiz de Fora se insere em um movimento latino-americano mais amplo, no qual a arte pública vem se consolidando como campo estratégico de ação política e como motor de práticas urbanas alternativas.

CONSIDERAÇÕES FINAIS OU CONCLUSÃO

A experiência de Medellín e sua relação com intervenções em Juiz de Fora evidencia que a arte pode ocupar lugar relevante na construção de cidades mais democráticas, sensíveis e educadoras. Medellín formulou um projeto ético que integra cultura, educação e urbanismo, consolidando a arte como infraestrutura social e ferramenta de formação cidadã.

Em Juiz de Fora, iniciativas de arte urbana indicam caminhos semelhantes ao mobilizar a cultura como prática territorial e participativa. Embora em escalas distintas, ambas as cidades demonstram que a arte pública pode fortalecer vínculos comunitários, ativar memórias coletivas e contribuir para a ressignificação do espaço urbano.

Nesse sentido, a cultura constitui eixo relevante do planejamento urbano, evidenciando que práticas artísticas têm potencial para promover transformações territoriais e fortalecer a dimensão coletiva da vida urbana. Esse caminho, ainda em desenvolvimento, revela que o futuro das cidades latino-americanas pode ser construído não apenas por grandes estruturas, mas também por práticas culturais capazes de engendrar transformações no tecido social.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

GUIA PRÁTICO DE URBANISMO SOCIAL: Estratégias e metodologias para a implementação de projetos. São Paulo: BEI Editora: Núcleo de Urbanismo Social do Laboratório Arq. Futuro de Cidades do Insper e Diagonal, 2024.

MIRAFTAB, Faranak. **Insurgência, planejamento e a perspectiva de um urbanismo humano.** Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais, Recife, v. 18, n. 3, p. 363–377, 2016.

MONTANER, Josep Maria. **Por un urbanismo alternativo.** In: MONTANER, Josep M.; SUBIRATS, Joan. Repensar las políticas urbanas: Apuntes para la agenda urbana. Barcelona: Centre d'Estudis Territorials, 2012.

PREFEITURA DE JUIZ DE FORA. **Colorindo o Habitar.** Juiz de Fora: PJF, [s.d.]. Disponível em: <https://www.pjf.mg.gov.br/colorindo-o-habitar/>. Acesso em: 01 dez. 2025.

**FUNK PROIBIDÃO E CRIMINALIZAÇÃO DA JUVENTUDE: UMA ANÁLISE
PSICANALÍTICA DA CANÇÃO BONDE DOS MENOR, DE MC DALESTE**¹Jullyana Silva Rosa¹ Universidade de Brasília, Goiânia, Goiás, Brasil.

Resumo: Este trabalho analisa a canção Bonde dos Menor (2010), de MC Daleste, buscando compreender o projeto de subjetivação dissidente presente em sua narrativa. Inserida no contexto contemporâneo de criminalização do funk, a pesquisa adota abordagem qualitativa e utiliza como referência as três etapas da teoria narrativa de Paul Ricoeur (Mimesis I, II e III). Fundamentado em conceitos da psicanálise freudiana, especialmente os processos identificatórios e o narcisismo, o estudo sugere que a canção ultrapassa a leitura de apologia ao crime, funcionando como expressão simbólica das experiências de exclusão. Conclui-se que a partir da análise que o mundo do crime opera como espaço de re-investimento narcísico para juventudes marginalizadas, e que a poesia de Daleste relata criticamente esse cenário.

Palavras-Chave: Funk; Psicanálise; Narcisismo; Juventude; Periferia.

INTRODUÇÃO

O debate acerca das músicas que fazem menção ao mundo do crime (Feltran, 2008) ganhou centralidade no cenário público contemporâneo, impulsionado por episódios de grande repercussão midiática e jurídica, como a prisão de MC Poze do Rodo, a CPI dos Pancadões e a proposição de dispositivos legais como a chamada “Lei Anti-Oruam” (Band Jornalismo, 2025; Carlucci, 2025; Curitiba, 2024). Tais iniciativas frequentemente associam o funk à apologia ao crime e buscam reprimir essa manifestação artística. Contudo, essas tentativas também podem ser compreendidas como formas de silenciamento da cultura periférica, obscurecendo as complexas determinações socioeconômicas da criminalidade e reiterando processos históricos de deslegitimação de manifestações culturais contra-hegemônicas (Guedes; Medeiros, 2021).

Nesse contexto, destaca-se a figura de Daniel Pellegrini, o MC Daleste, ícone do funk nacional entre 2009 e 2013. Embora suas canções sejam frequentemente classificadas como “apologia”, este estudo sustenta que sua produção ultrapassa a literalidade, operando esteticamente como expressão das experiências de marginalização vividas por jovens das periferias, frequentemente submetidos a processos de sujeição criminal (Misse, 2010). Assim, este trabalho constitui um recorte de uma pesquisa ampliada sobre a obra do artista (Rosa; Lima, no prelo), analisando a canção Bonde dos Menor (Mc Daleste, 2010) e defendendo que, sob o véu da exaltação bélica, a narrativa promove uma crítica às desigualdades e oferece um projeto

identificatório para a juventude marginalizada (Lima; Lima, 2020).

OBJETIVO

Analisar o projeto de subjetivação dissidente da cultura hegemônica, transmitido pela poesia 'Bonde dos Menor', de MC Daleste.

METODOLOGIA

Este trabalho define-se a partir de um paradigma qualitativo de pesquisa. A análise cerca-se em torno da canção Bonde dos Menor (2010). Já a metodologia segue as três fases, inspiradas na da teoria de Ricoeur (2010): Mimesis I (análise do contexto social prévio), Mimesis II (análise da narrativa e suas contradições) e Mimesis III (conexão entre o texto e o contexto histórico contemporâneo). Embora cada fase tenha momentos distintos, a pesquisa integra essas etapas na análise das canções.

FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA/ RESULTADOS E DISCUSSÃO

Neste trabalho, o funk de MC Daleste é concebido como uma narrativa que expressa uma formação identitária marginalizada na contemporaneidade brasileira. Para sustentar essa leitura, mobiliza-se a psicanálise freudiana, especialmente no que se refere aos processos identificatórios. A constituição do Ideal de Eu fundamenta-se no narcisismo e nos investimentos afetivos parentais, mas depende também de influências sociais e históricas para a transmissão desses ideais (Freud, 1914/2010; Lima; Lima, 2020). Segundo Aulagnier (1979), essa passagem é mediada pelo “contrato narcísico”, que exige o reinvestimento social do sujeito para garantir sua inscrição no coletivo. Quando esse reconhecimento é impedido pela exclusão social, emergem formas de resistência e dissidência que possibilitam a construção de identidades e reivindicam lugar de existência (Lima; Santos, 2021).

Dito isso, tem-se condições de adentrar na poesia analisada. Na canção MC Daleste (2010) constrói uma crônica da vida nas periferias a partir da perspectiva de jovens marginalizados. A letra inicia estabelecendo um forte senso de unidade e lealdade entre os integrantes das quebradas, que se percebem engajados em uma guerra declarada contra as forças policiais, denominadas como “vermes”. O enredo se desenvolve a partir da invasão policial a um ponto de venda de drogas, episódio que desencadeia um confronto armado entre os agentes do Estado e o chamado “bonde dos

menor”. Ao longo da narrativa, são descritas sucessivas tentativas de contenção por parte das forças policiais que acabam fracassando, culminando em um desfecho no qual a polícia é obrigada a recuar após sofrer baixas, enquanto o grupo de jovens celebra o êxito da ação sem perdas internas.

Nesse contexto, o “bonde dos menor” é apresentado como um coletivo de jovens, presumivelmente menores de idade, caracterizado por atributos reiteradamente valorizados na letra, tais como coragem, inteligência estratégica (sugerida pela expressão “cabeça”), atitude e disposição. A canção, assim, constrói uma narrativa de exaltação dessas figuras, transformando sua participação no confronto em um gesto heróico. Desse modo, a letra opera como um discurso que glorifica a ação desses jovens no cenário narrado, elevando-os à condição de guerreiros que defendem seu território e seu grupo.

A narração em primeira pessoa presente na canção não estabelece uma referência direta às experiências pessoais do cantor, embora dialogue com o contexto social no qual ele estava inserido. Ainda que sua irmã, Carolina Pellegrini, interprete essas letras como uma forma de apologia, relatos de familiares e amigos indicam que o artista não possuía envolvimento direto com atividades ilícitas. Por outro lado, pessoas próximas ao cantor, cujas trajetórias foram marcadas por relações com práticas criminosas, teriam servido de inspiração para suas composições (Scardovelli & Belarmino, 2024).

Partindo da compreensão de que o relato é vivenciado em terceira pessoa, a figura da união das quebradas em torno da identificação dos “menores bolados” — isto é, da juventude marginalizada e criminalizada — oferece um ponto de ancoragem identificatória e de retorno frente à abdicação narcísica que não é recompensada pelo reconhecimento social. Isso ocorre porque o jovem marginalizado experimenta diversas formas de perseguição e exclusão, definidas por Misse (2010) como um processo de sujeição criminal. Nesse caso é justamente o mundo do crime que reinveste narcisicamente os jovens e que aponta para a importância deles em uma coletividade.

Cabe, portanto, compreender que a ação artística de Daleste também se configura como uma denúncia desses processos anteriores, que culmina na crônica cantada, onde é justo no mundo do crime que encontra-se uma ancoragem identitária. O “menor guerreiro”, nessa cena, surge como um símbolo identificatório que oferece pertencimento e resgata o narcisismo ferido pelo pacto cultural. Para uma hegemonia racista e aporofóbica, a vida do “menor” torna-se dispensável; logo, a adesão a essa cultura dissidente pode configurar uma alternativa de existência e como um processo dissidente de subjetivação.

CONSIDERAÇÕES FINAIS OU CONCLUSÃO

Retomar a obra de MC Daleste no cenário contemporâneo — em que iniciativas de criminalização do funk reaparecem sob o argumento da proteção à juventude — revela-se fundamental tanto pela relevância histórica do artista quanto pela potência analítica de suas composições. A análise da canção Bonde dos Menor permite compreender que o funk proibidão transcende a acusação de apologia ao crime, configurando-se como expressão das dinâmicas sociais implicadas nos processos de criminalização.

Observou-se que a narrativa da canção não constitui mera exaltação da violência, mas o registro estético de uma realidade marcada pela presença estatal mediada principalmente pela repressão armada, evidenciando a militarização do cotidiano periférico e as fraturas do pacto social com jovens marginalizados. Sob a perspectiva psicanalítica, a identificação com essa figura dissidente pode operar como estratégia simbólica de pertencimento diante da aporofobia e do racismo, reinscrevendo um narcisismo ferido pelo estigma social.

Conclui-se que o funk proibidão não cria a violência que descreve; antes, a expõe, convertendo a experiência da exclusão em linguagem e produzindo um espaço de resistência e visibilidade para sujeitos historicamente desinvestidos pelo laço social.

Financiamento: CNPq, na forma de bolsa de mestrado.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AULAGNIER, P. A violência da interpretação: do pictograma ao enunciado. Tradução de M. C. Pellegrino. Rio de Janeiro, RJ: Imago, 1979.

BAND JORNALISMO. **MC Poze é preso em ala para faccionados do Comando Vermelho | Bora Brasil**. YouTube, 30 maio 2025. Disponível em: <https://youtu.be/0yjHOtAZuS4?si=2NHPSfhZwCJijE3l>. Acesso em: 8 mar. 2026.

BRASIL. **Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940**. Código Penal. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/Del2848compilado.htm. Acesso em: 12 nov. 2025.

CARLUCCI, Manoela. **CPI dos Pancadões é instalada na Câmara de São Paulo; entenda**. CNN Brasil, São Paulo, 14 maio 2025. Disponível em: <https://www.cnnbrasil.com.br/politica/cpi-dos-pancadoes-e-instalada-na-camara-de-sao-paulo-entenda/>. Acesso em: 8 mar. 2026.

CURITIBA. Câmara Municipal. **Câmara de Curitiba já pode votar “Lei Anti-Oruam”**. Curitiba, 11 jun. 2024. Disponível em:

<https://www.curitiba.pr.leg.br/informacao/noticias/camara-de-curitiba-ja-pode-votar-lei-anti-oruam>.

Acesso em: 8 mar. 2026.

DALESTE, MC. **Bonde dos menor**. [Música]. Disponível em:

<https://open.spotify.com/intl-pt/track/6IKePx0Og2WhBXGvJUfORf?si=ccfb2ad21e8242bb>. Acesso

em: 8 mar. 2026.

FELTRAN, Gabriel de Santis. **O legítimo em disputa: as fronteiras do mundo do crime nas periferias de São Paulo**. *Dilemas: Revista de Estudos de Conflito e Controle Social*, Rio de Janeiro, v. 1, n. 1, p. 93-148, 2008.

FREUD, Sigmund. **O futuro de uma ilusão**. In: FREUD, Sigmund. *Cultura, sociedade, religião: o mal-estar na cultura e outros escritos*. Tradução de Maria Morais. Belo Horizonte: Autêntica, 2020. p. 233-296. (Obra originalmente publicada em 1927).

FREUD, Sigmund. **O mal-estar na civilização**. In: FREUD, Sigmund. *Cultura, sociedade, religião: o mal-estar na cultura e outros escritos*. Tradução de Maria Morais. Belo Horizonte: Autêntica, 2020. p. 305-409. (Obra originalmente publicada em 1930).

GUEDES DE OLIVEIRA CORREIA, M.; MEDEIROS, Gilmar Joane Macêdo de. A criminalização do funk e a condenação do Furacão 2000: Um estudo à luz da criminologia crítica. *Revista Estudantil Manus Iuris*, v. 2, n. 1, p. 11-26, 2021. DOI:

10.21708/issn2675-8423.v2i1a10456.2021. Disponível em:

<https://periodicos.ufersa.edu.br/rmi/article/view/10456>. Acesso em: 14 jul. 2024.

LIMA, Priscilla; LIMA, Sávio. **Psicanálise crítica: a escuta do sofrimento psíquico e suas implicações sociopolíticas**. *Psicologia: Ciência e Profissão*, Brasília, v. 40, e190256, 2020. DOI: <https://doi.org/10.1590/1982-3703003190256>.

LIMA, Priscilla Maria Ribeiro; SANTOS, Luan Gomes dos. **Interações em pesquisa: a ética da pesquisa e a pesquisa ética com narrativas de vida**. *Revista Sociais e Humanas*, Santa Maria, v. 34, n. 2, p. 85-99, 2021. DOI: <https://doi.org/10.5902/2317175864248>.

MISSE, Michel. **Crime, sujeito e sujeição criminal: aspectos de uma contribuição analítica sobre a categoria “bandido”**. *Lua Nova: Revista de Cultura e Política*, São Paulo, n. 79, p. 15-38, 2010. DOI: <https://doi.org/10.1590/S0102-64452010000100003>.

RICOEUR, Paul. **Tempo e narrativa: a intriga e a narrativa histórica**. Tradução de Cláudia Berliner. São Paulo: Martins Fontes, 2010. v. 1. (Obra originalmente publicada em 1983).

ROSA, Jullyana da Silva; LIMA, Priscilla. **“De quebrada em quebrada”, resistências e dissidências: uma análise da constituição identitária nas narrativas poéticas de MC Daleste**. *Psicologia USP*, São Paulo, no prelo, 2026.

SCARDOVELLI, Eliane; BELARMINO, Guilherme (dir.). **MC Daleste: vida e morte no funk**. Roteiro de Eliane Scardovelli e Caio Cavechini. Brasil: Globoplay, 2024. Documentário. Disponível



II CONGRESSO NACIONAL DOS
ESTUDOS EM SUBJETIVIDADE,
POLÍTICA E ARTE

NUEST

em: <https://globoplay.globo.com/mc-daleste-mataram-o-pobre-loco/t/MSs7d7NfVB/>. Acesso em: 3 maio 2024.

**CAPITALISMO DE VIGILÂNCIA NO CONTEXTO DAS PLATAFORMAS DIGITAIS
ONLINE: DA EXTRAÇÃO DE DADOS À MODULAÇÃO COMPORTAMENTAL**¹Lícia Barbosa Gondim Pereira²Nathássia Matias de Medeiros³Júlia Guilherme e Silva⁴Suzana Maria Pedrosa Cavalcante¹ Universidade Christus, Fortaleza, Ceará, Brasil; ² Universidade Christus, Fortaleza, Ceará, Brasil;³ Universidade Christus, Fortaleza, Ceará, Brasil; ⁴ Universidade Christus, Fortaleza, Ceará, Brasil.

Resumo: Este trabalho analisa como plataformas digitais online transformam dados pessoais em valor econômico no contexto do capitalismo de vigilância. Com base nas contribuições de Shoshana Zuboff (2021), Nick Srnicek (2017), David Nemer, Adriana Amaral e Alexandre Rosa (2023), trata-se de uma pesquisa teórica e bibliográfica que discute a extração de dados, a economia da atenção e seus efeitos sobre os usuários. Argumenta-se que as plataformas capturam interações e as convertem em dados para prever e influenciar comportamentos, orientando escolhas, preferências e visibilidades. Conclui-se que a exploração econômica dos dados e o controle algorítmico dos comportamentos integram um mesmo processo de poder na economia digital.

Palavras-Chave: Capitalismo de vigilância; Capitalismo de plataforma; Plataformas digitais; Economia da atenção; Algoritmos.

INTRODUÇÃO

As plataformas digitais online consolidaram-se como infraestruturas centrais da vida contemporânea, mediando interações sociais, econômicas e culturais e convertendo dados de usuários em modelos de negócio baseados em publicidade, personalização e previsão comportamental. Essa dinâmica pode ser compreendida por conceitos como capitalismo de vigilância e capitalismo de plataforma, que analisam mecanismos de captura da atenção e extração contínua de informações mediados pelo funcionamento algorítmico das plataformas. Para além da dimensão econômica, esses processos também produzem efeitos políticos ao orientar visibilidades, preferências e decisões, configurando dinâmicas de datapolítica e governamentalidade algorítmica. Nesse contexto, este trabalho investiga a articulação entre geração de valor econômico e modulação comportamental nas plataformas digitais.

OBJETIVO

Analisar como plataformas digitais online convertem dados pessoais em valor econômico e operam a modulação de condutas no contexto do capitalismo de vigilância, do capitalismo de plataforma e da datapolítica.

METODOLOGIA

Trata-se de pesquisa teórica, de caráter bibliográfico e analítico, fundamentada nas contribuições de Shoshana Zuboff (2021), Nick Srnicek (2017) e de David Nemer, Adriana Amaral e Alexandre Rosa (2023), articulando os conceitos de capitalismo de vigilância, capitalismo de plataforma e datapolítica para uma interpretação crítica do funcionamento econômico, técnico e político das plataformas digitais.

FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA/ RESULTADOS E DISCUSSÃO

Entende-se, inicialmente, que vivemos, na atualidade, um novo modelo econômico que se enquadra na definição proposta por Shoshana Zuboff (2021) como capitalismo de vigilância. Tal definição descreve um modelo baseado na coleta e no uso sistemático da experiência humana como fonte de dados. Nesse regime, plataformas digitais coletam não apenas as informações necessárias ao funcionamento de seus serviços, mas também padrões comportamentais como tempo de permanência, tendências de navegação, cliques e interações. Esse excedente é denominado superávit comportamental e é convertido em matéria-prima para análises preditivas voltadas à antecipação e comercialização de comportamentos futuros, de modo que a principal mercadoria dessas empresas passa a ser a previsão de condutas.

Nessa lógica, os algoritmos funcionam como mecanismos de atração para capturar usuários em processos contínuos de extração de dados. As experiências cotidianas são transformadas em informações, e os indivíduos deixam de ocupar a posição de clientes para tornarem-se fontes de matéria-prima, enquanto os compradores são anunciantes interessados em influenciar comportamentos em massa, configurando uma relação em que a vida cotidiana é incorporada a práticas de vigilância e geração de lucro.

A dinâmica observada aproxima-se do que Nick Srnicek chama de capitalismo de plataforma (2017). Trata-se de empresas que atuam como intermediárias digitais e concentram grandes volumes de dados para se manter competitivas. O autor distingue plataformas publicitárias, de nuvem, industriais, de produto e austeras, que funcionam segundo lógicas econômicas distintas.

Entre elas, destacam-se as plataformas publicitárias, foco da teoria de Zuboff, cuja receita depende da coleta em larga escala de dados de comportamento e da venda de anúncios direcionados. Redes sociais e buscadores transformam interações dos usuários em informações comercializáveis, fazendo da vigilância e da captura da atenção partes centrais do modelo de negócio.

Nesse sentido, as perspectivas de Zuboff (2021) e Srnicek (2017) mostram-se complementares: enquanto a primeira aprofunda os mecanismos de extração de dados e previsão comportamental, o segundo demonstra que essa lógica corresponde a uma categoria dentro de um ecossistema mais diversificado.

Para sustentar a geração contínua de dados, torna-se fundamental reter a atenção dos usuários. O conceito de economia da atenção, formulado por Herbert A. Simon (1971), parte da premissa de que, em contextos de abundância informacional, a atenção constitui recurso escasso. Nas redes sociais, essa disputa se materializa em técnicas de maximização do engajamento, como notificações, rolagem infinita e sistemas de recomendação personalizados, que prolongam o tempo de permanência nas plataformas e ampliam a produção de dados.

Entretanto, os algoritmos não apenas registram informações, mas passam a orientar as experiências dos usuários. A classificação de perfis, a hierarquização de conteúdos e a personalização de fluxos informacionais interferem em escolhas de consumo, preferências culturais e posicionamentos políticos, mostrando que essas plataformas não apenas mediam relações, mas também exercem influência.

Conforme discutem David Nemer, Adriana Amaral e Alexandre Rosa (2023), a intensificação do uso de dados e algoritmos configura processos de datapolítica, nos quais informações comportamentais passam a orientar decisões e práticas sociais. Nessa perspectiva, as plataformas aplicam um modelo de governamentalidade algorítmica ao organizar o que os usuários veem e as possibilidades de ação disponíveis, tornando esse controle quase imperceptível.

Por fim, as grandes plataformas digitais online evidenciam esse funcionamento ao reunir métricas de engajamento, anúncios direcionados e recomendações contínuas, criando um ciclo em que atenção, dados e influência se alimentam mutuamente, mostrando que gerar lucro e moldar comportamentos são partes inseparáveis da economia digital atual.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

As análises indicam que as plataformas digitais tornaram-se pilares do capitalismo contemporâneo, no qual a exploração de dados constitui elemento central dos modelos de negócio. Enquanto o capitalismo de vigilância descreve a apropriação da experiência humana e a produção de superávit comportamental, o capitalismo de plataforma situa essas práticas em uma estrutura mais ampla.

Nesse contexto, plataformas publicitárias transformam atenção, interações e rastros digitais em recursos econômicos, sustentadas por estratégias de engajamento e pela economia da atenção, que alimenta algoritmos capazes de prever e influenciar comportamentos.

A partir das contribuições de David Nemer, Adriana Amaral e Alexandre Rosa (2023), observa-se que o uso intensivo de dados e algoritmos também produz efeitos políticos, configurando dinâmicas de datapolítica e governamentalidade algorítmica e evidenciando a necessidade de análises críticas sobre os limites éticos e democráticos desse ambiente digital.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

NEMER, David; AMARAL, Augusto Jobim do; ROSA, Pablo Ornelas. Datapolítica, governamentalidade algorítmica e a virada digital: uma genealogia da modulação comportamental através das plataformas digitais. **Revista Eletrônica do Curso de Direito da Universidade Federal de Santa Maria**, Santa Maria, v. 18, n. 3, e85510, 2023. DOI: <https://doi.org/10.5902/1981369485510>.

SIMON, Herbert A. Designing organizations for an information-rich world. In: GREENBERGER, Martin (org.). **Computers, Communication and the Public Interest**. Baltimore: Johns Hopkins University Press, 1971.

SRNICEK, Nick. **Platform Capitalism**. Cambridge: Polity Press, 2017.

ZUBOFF, Shoshana. **A era do capitalismo de vigilância**: a luta por um futuro humano na nova fronteira do poder. Rio de Janeiro: Intrínseca, 2021.

ESTAMOS VIVENDO OU PERFORMANDO? SUBJETIVIDADE E PRODUTIVIDADE NAS PLATAFORMAS DIGITAIS

¹Suzana Maria Pedrosa Cavalcante

²Nathássia Matias de Medeiros

³Lícia Barbosa Gondim Pereira

⁴Julia Guilherme e Silva

¹ Universidade Christus, Fortaleza, Ceará, Brasil; ² Universidade Christus, Fortaleza, Ceará, Brasil;

³ Universidade Christus, Fortaleza, Ceará, Brasil; ⁴ Universidade Christus, Fortaleza, Ceará, Brasil.

Resumo: O presente trabalho analisa as implicações dos sistemas algorítmicos que estruturam as plataformas digitais na modulação das práticas cotidianas e na produção de subjetividades. A pesquisa, de natureza teórica e qualitativa, mobiliza os conceitos da Sociedade do Desempenho por Byung-Chul Han para fundamentar a discussão. Argumenta-se que a aparente neutralidade técnica desses sistemas favorece a internalização de imperativos de produtividade. Ao instituírem regimes de visibilidade pautados em métricas de engajamento, tais dispositivos reorganizam a experiência social, subordinando o indivíduo à lógica de performatividade das plataformas digitais.

Palavras-Chave: Governamentalidade; Algoritmos; Subjetividade; Plataformas Digitais.

INTRODUÇÃO

No íntimo da subjetividade contemporânea, as plataformas digitais preenchem um lugar notável no que concerne às interações sociais, formas de comunicação e de visibilidade através de engajamento e curtidas. Para Bauman (2001), em sua obra 'Modernidade Líquida', a sociabilidade transformou-se radicalmente: o engajamento mútuo das relações entre duas pessoas é progressivamente substituído pela volatilidade das relações "líquidas" ao privilegiar conexões rápidas e atualizáveis. Na virada tecnológica, caracterizada por avanços no campo da informática e das ciências da computação, as relações sociais assemelham-se à sociedade do espetáculo descrita por Debord (2007), sendo crescentemente mediadas por imagens e representações, deslocando a centralidade da experiência vivida para sua espetacularização pública. Nas redes sociais online, para serem vistos e obter curtidas, todos se transformam em produtores de conteúdo a ser consumido.

Sob a aparência de neutralidade e liberdade, o algoritmo conduz os indivíduos a processos de autoexploração voluntária, nos quais os sujeitos de desempenho, descritos por Han (2015), impelem-se a corresponder aos imperativos de produtividade e otimização de si. Se, como indica a perspectiva foucaultiana, principalmente na obra 'Vigiar e Punir' (1999), o controle nas sociedades disciplinares operava por meio de normas institucionais explícitas, na sociedade atual cada vez mais tais exigências deixam de ser impostas por instâncias externas e passam a ser incorporadas pelos próprios sujeitos.

OBJETIVO

O presente trabalho propõe uma análise do uso das plataformas digitais online como tecnologias contemporâneas de poder, investigando como sua operação produz subjetividades marcadas pela lógica do desempenho.

METODOLOGIA

Este trabalho possui caráter teórico e bibliográfico, fundamentado na revisão e análise de obras que discutem as transformações das relações sociais na contemporaneidade, correlacionando-as com o funcionamento das plataformas digitais e concentrando-se na discussão conceitual acerca de seus efeitos na produção da subjetividade humana. Nesse sentido, realiza-se uma análise interpretativa a partir das contribuições de Michel Foucault (1984), Guy Debord (2007), Byung-Chul Han (2015) e Zygmunt Bauman (2001), cujas reflexões auxiliam na compreensão de conceitos como poder, espetáculo, desempenho e liquidez das relações sociais.

FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA/ RESULTADOS E DISCUSSÃO

Ao dissertar sobre o conceito de "performance", de antemão, é preciso explicitar sua acepção. Segundo Schechner (2010, *apud* Montardo; Araújo, 2013, p. 480), suas funções são elencadas em: "entreter, fazer alguma coisa que é bela; marcar ou mudar a identidade; fazer ou estimular uma comunidade; curar; ensinar, persuadir ou convencer". Logo, acredita-se que tais atributos, operam concomitantemente nas interações em redes sociais, onde a exposição do "eu" se torna um ato performativo.

Segundo Foucault (1984, p. 99), "[...] Dispomos da afirmação que o poder não se dá, não se troca nem se retoma, mas se exerce." Disso, pode-se entender que o poder está presente em todo o corpo social, no que diz respeito a uma rede produtiva e relacional. A interface entre o discurso do autor e a integração das tecnologias na subjetividade contemporânea não é diferente, visto que a vida é constantemente moldada para o consumo público e, em paralelo, o mercado publicitário e influenciadores de alto nível ganham monetização através da permanência dos usuários nos aplicativos.

Portanto, o problema apresentado por Foucault, bem como outros autores que podem ser mobilizados nesta discussão, como Debord e Bauman, embora não estivessem presentes na era digital, nos ajudam a compreender o atravessamento atual da tecnologia nas subjetividades. A liquidez das relações descrita por Bauman (2001), articulada à lógica da Sociedade do Espetáculo de Debord (2007), contribui para que o valor da experiência seja progressivamente orientado por critérios externos de reconhecimento, produzindo uma tensão entre viver enquanto experiência singular e performar enquanto encenação ajustada às expectativas de audiência. É nesse

deslocamento que emerge a problemática central deste trabalho: a vida contemporânea estaria sendo reorganizada sob forma de performatividade.

Os imperativos de produtividade na contemporaneidade digital residem na transição da sociedade disciplinar para a sociedade do desempenho (Han, 2015). Nessa perspectiva, o sujeito é compelido a uma otimização ininterrupta de suas capacidades, onde a inatividade é percebida como falha ou obsolescência. A produtividade se torna um critério de validação subjetiva, é preciso produzir conteúdo, produzir engajamento e, fundamentalmente, produzir uma imagem de si que seja rentável e eficiente.

A aparente neutralidade tecnológica oculta a incorporação de exigências de produtividade, convertendo a liberdade pessoal em um meio aceito de autoexploração. Como afirma Byung-Chul Han (2015, p. 71), "[...] O excesso da elevação do desempenho leva a um infarto da alma [...]".

À vista disso, o que estamos sugerindo é que, se há uma plataforma da vida, que passou a modular o comportamento dos seres humanos com destino à sociedade da performance, configuram-se os seguintes cenários: a) A hegemonia das relações líquidas e a fragmentação do afeto — onde o ser humano privilegia interações efêmeras em detrimento do aprofundamento subjetivo; b) A erosão da soberania estatal diante da infraestrutura digital, ao mesmo tempo em que se afasta de suas funções protetivas de bem-estar social e valida o discurso da sociedade de performance; c) A modulação tecnológica do agir humano, quando a escolha do sujeito é sutilmente conduzida por algoritmos que influenciam desejos e comportamentos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A análise aqui realizada atinge seu propósito ao examinar de que maneira os sistemas algorítmicos das plataformas digitais transformam a experiência do viver, à medida que são progressivamente reorganizados sob a lógica do desempenho. Pudemos discutir como as relações de poder contemporâneas são marcadas pela lógica da performance nos espaços digitais.

Contudo, compreendemos que a pontuação acerca da produtividade não constitui a única instância produtora de subjetividade. O sujeito contemporâneo adentra-se em uma encruzilhada de vetores, entre eles persistem heranças de sociedades disciplinares, identidades culturais e memórias coletivas. Em decorrência disso, compreender essa multiplicidade impede que sucumbamos ao determinismo e, para além, reconheçamos que a sociedade de performance descrita por Han (2015), não anula o sujeito histórico.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BAUMAN, Zygmunt. **Modernidade Líquida**. Rio de Janeiro: Zahar, 2001.

DEBORD, Guy. **A sociedade do espetáculo**. 1. ed. São Paulo: Contraponto, 2007.

FOUCAULT, Michel. **A microfísica do poder**. 4. ed. Rio de Janeiro: Graal, 1984.

FOUCAULT, Michel. **Vigiar e Punir**. 20. ed. Rio de Janeiro: Vozes, 1999.

HAN, Byung-Chul. **Sociedade do cansaço**. Rio de Janeiro: Vozes, 2015.

MONTARDO, Sandra Portella; ARAÚJO, Willian. Performance e práticas de consumo online: ciberativismo em sites de redes sociais. **Famecos**, Porto Alegre: PUCRS. v. 20, n.2, p. 472-494, 2013. Disponível em: <https://www.redalyc.org/pdf/4955/495551014013.pdf>. Acesso em: 26 fev. 2026.

A LÓGICA DA RELEVÂNCIA: ALGORITMOS, VISIBILIDADE E SUBJETIVIDADE NAS REDES SOCIAIS

¹Julia Guilherme e Silva

²Nathássia Matias de Medeiros

³Suzana Maria Pedrosa Cavalcante

⁴Lícia Barbosa Gondim Pereira

¹Universidade Christus, Fortaleza, Ceará, Brasil; ² Universidade Christus, Fortaleza, Ceará, Brasil;

³ Universidade Christus, Fortaleza, Ceará, Brasil; ⁴ Universidade Christus, Fortaleza, Ceará, Brasil.

Resumo: O estudo discute o papel dos algoritmos de recomendação nas plataformas digitais e sua influência na experiência dos usuários e na formação de subjetividades. Esses sistemas organizam, classificam e priorizam conteúdo a partir da análise de dados e padrões de comportamento, estabelecendo critérios que determinam o que será exibido e em qual ordem. Dessa forma, os algoritmos não atuam apenas como ferramentas técnicas de organização da informação, mas também orientam percepções, interesses e escolhas dos usuários no ambiente digital. Trata-se de uma pesquisa teórica baseada em análise bibliográfica sobre o funcionamento dos sistemas algorítmicos e suas implicações sociais. A discussão evidencia que mecanismos como personalização e classificação de conteúdos utilizam dados de interação e padrões comportamentais para prever engajamento e direcionar conteúdos específicos aos usuários. Como resultado, as plataformas passam a estruturar a experiência de navegação ao selecionar e priorizar determinadas informações. Além disso, os algoritmos classificam os usuários em categorias probabilísticas, contribuindo para a produção de perfis e para a organização de formas específicas de visibilidade no ambiente digital. Conclui-se que os sistemas algorítmicos participam ativamente da organização da informação e da modulação da subjetividade, influenciando interesses, comportamentos e formas de percepção nas redes digitais. Diante disso, destaca-se a importância de ampliar a reflexão crítica sobre o funcionamento dessas tecnologias e a necessidade de maior transparência nos processos que estruturam a experiência digital.

Palavras-Chave: Algoritmo; subjetividade; poder, digital, modulação.

INTRODUÇÃO

Nas plataformas digitais contemporâneas, os algoritmos desempenham um papel central na seleção e priorização de conteúdos sugeridos a seus usuários, a partir de cálculos baseados em dados e padrões de comportamento. Esse sistema não só organiza informações, mas define prioridades de visibilidade, estabelecendo hierarquias entre o que é considerado relevante ou secundário. Desse modo, essas plataformas têm o poder de influenciar diretamente a experiência do usuário, uma vez que os algoritmos orientam suas escolhas, moldam percepções, interesses e, conseqüentemente, interferem também na constituição da subjetividade. Conforme argumenta Zuboff (2019), o capitalismo de vigilância reivindica a experiência humana como “matéria-prima

gratuita” para práticas comerciais de extração, previsão e modificação de comportamento, evidenciando como os sistemas algorítmicos não apenas organizam informações, mas atuam na modelagem das condutas e percepções dos indivíduos.

OBJETIVO

Discutir como o funcionamento algorítmico de recomendação digital orienta a experiência do usuário e participa da modulação de suas subjetividades.

METODOLOGIA

Trata-se de uma pesquisa de natureza teórica, fundamentada na análise bibliográfica de textos que abordam o funcionamento dos algoritmos de recomendação e suas implicações sociais. O estudo foi desenvolvido a partir da leitura e interpretação crítica das obras de Gillespie (2014), Cheney-Lippold (2017) e Foucault (1979), buscando articular a dimensão técnica dos sistemas algorítmicos, com as relações entre saber, poder e produção de subjetividade.

FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA/ RESULTADOS E DISCUSSÃO

Os algoritmos de recomendação da maioria das plataformas digitais, operam de acordo com processos que refinam o conteúdo digital a ser apresentado para um usuário, como o *Content ranking* e a Personalização. Gillespie (2014, p. 167) argumenta que algoritmos (especialmente em motores de busca e redes sociais) não são ferramentas neutras. Pois “não apenas ajudam a encontrar informação, mas também fornecem um meio de saber o que há para saber e como sabê-lo”, transformando-se em pilares centrais na definição do que aparece como relevante nas plataformas digitais. De acordo com Patel (2016), referência em marketing digital, o content ranking estabelece ordem de visibilidade na tela, de acordo com métricas como engajamento e histórico de interação. Já a personalização tem o intuito de deixar a experiência única e moldada para cada usuário, utilizando dados como localização e histórico de busca. Dessa forma, esse funcionamento técnico já implica uma determinação do que o usuário vê, em que ordem e por quê. A partir dessa discussão, é possível analisar o funcionamento algorítmico tomando como exemplo o TikTok, cuja lógica de recomendação se estrutura principalmente na aba “*For You*”. Segundo a própria plataforma, o sistema de recomendação classifica vídeos com base em múltiplos sinais de interesse, como interações do usuário, tempo de exibição, informações do vídeo e configurações da conta e do

dispositivo. Esses elementos são processados por sistemas automatizados que avaliam padrões comportamentais para prever a probabilidade de engajamento com determinados conteúdos, organizando assim a ordem de exibição dos vídeos.

Esses direcionamentos produzem experiências de estar online nas plataformas digitais, selecionando e direcionando o que vai ser consumido ou não pelo usuário. Segundo essa lógica, esses dispositivos de processamento podem ser entendidos a partir de uma lógica de exercício de poder sobre as subjetividades. A obra de Cheney-Lippold (2017) elabora essa discussão ao demonstrar que os algoritmos não apenas classificam conteúdos, mas produzem categorias de sujeitos. Segundo o autor, “o processo de classificação em si é uma demarcação de poder, uma organização do conhecimento e da vida que enquadra as condições de possibilidade daqueles que são classificados” (Cheney-lippold, 2017, p. 45). Uma vez que os usuários são inseridos em categorias probabilísticas, influenciando e modulando ativamente a subjetividade. Esses processos podem ser compreendidos, a partir do pensamento de Michel Foucault sobre o valor de verdade dos discursos. Segundo Foucault (1979), “cada sociedade tem seu regime de verdade”, que estabelece o que pode ou não ser dito em cada espaço social. Nas plataformas digitais não seria diferente, visto que os algoritmos estabelecem critérios de relevância que orientam perspectivas, comportamentos e escolhas. Logo, podemos pensar os sistemas algorítmicos como tecnologias contemporâneas de produção e modulação da subjetividade.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Por fim, podemos refletir que os algoritmos de recomendação das mídias digitais não operam de forma neutra ou meramente técnica, mas sim como dispositivos que planejam a visibilidade, organizam o acesso à informação e participam ativamente na formação da subjetividade de seus usuários. Conforme discutido anteriormente, esses sistemas organizam os conteúdos postados nas plataformas com base em critérios específicos ligados a interesses político-econômicos, influenciando diretamente a experiência desses usuários nas redes digitais. Dessa forma, ao retomar o objetivo desse trabalho, analisar como o funcionamento algorítmico orienta a experiência e modula a subjetividade, revela-se que mecanismos como a personalização e o *content ranking*, criam e delimitam horizontes de percepção, interesse e escolha.

Diante disso, torna-se fundamental problematizar as relações de regime de verdade e poder que sustentam tais sistemas, reconhecendo que a experiência digital é mediada por processos que

conduzem condutas e moldam identidades. Em síntese, é sugerido a maior transparência algorítmica e uma postura crítica por parte dos usuários e pesquisadores, com finalidade de ampliar a reflexão sobre o impacto dessas tecnologias na constituição da subjetividade.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

CHENEY-LIPPOLD, John. **We are data: algorithms and the making of our digital selves**. New York: New York University Press, 2017.

FOUCAULT, Michel. **Microfísica do poder**. Organização, introdução e revisão técnica de Roberto Machado. 4. ed. Rio de Janeiro: Graal, 1979.

GILLESPIE, Tarleton. The relevance of algorithms. In: GILLESPIE, Tarleton; BOCZKOWSKI, Pablo J.; FOOT, Kirsten A. (org.). **Media technologies: essays on communication, materiality, and society**. Cambridge: MIT Press, 2014. p. 167–194.

PATEL, Neil. **Content ranking**: o que é e como funciona. Disponível em: <https://neilpatel.com>. Acesso em: 8 mar. 2026.

TIKTOK. How TikTok recommends videos #ForYou. **TikTok Newsroom**, [s. l.], [202-?]. Disponível em: <https://newsroom.tiktok.com/en-us/how-tiktok-recommends-videos-for-you>. Acesso em: 8 mar. 2026.

ZUBOFF, Shoshana. **The age of surveillance capitalism: the fight for a human future at the new frontier of power**. New York: PublicAffairs, 2019.

**FANZINES COMO FERRAMENTA PEDAGÓGICA DECOLONIAL:
EXPERIÊNCIA DO PIBID EM ARTES VISUAIS NA PROMOÇÃO DE
LETRAMENTO, INTERSECCIONALIDADE E EQUIDADE**

¹Joicyano Marinho Maia

¹Universidade Federal do Amazonas – UFAM, Manaus, Amazonas, Brasil. joecianomaia@gmail.com.

Resumo: A formação inicial de professores em Artes Visuais enfrenta desafios relacionados à construção de práticas pedagógicas críticas que dialoguem com a diversidade cultural e com as realidades socioculturais da escola pública. No contexto da educação brasileira, a abordagem das culturas indígenas e afro-brasileiras ainda é frequentemente marcada por processos de folclorização e apagamento epistemológico, o que demanda propostas de ensino-aprendizagem comprometidas com perspectivas decoloniais. Nesse sentido, o presente trabalho tem como objetivo refletir sobre contribuições da arte-educação crítica para a formação docente, os relatos são fruto das atividades realizadas no âmbito do Programa Institucional de Bolsa de Iniciação à Docência (PIBID).

Palavras-chave: Fanzines; Pedagogia Decolonial; Interseccionalidade; Colonialidade do Saber; Escola Pública.

INTRODUÇÃO

O relato que trazemos aqui nasceu das vivências na escola estadual da zona centro-oeste de Manaus, onde atuamos pelo PIBID de Artes Visuais da UFAM, entre março e novembro de 2025. Trabalhamos com turmas do Ensino Fundamental II, formadas por adolescentes que vivem na pele as desigualdades sociais da periferia.

A escola pública brasileira, historicamente marcada pela colonialidade do poder, do saber e do ser, conceitos desenvolvidos por Aníbal Quijano (2005) e Walter D. Mignolo (2008), muitas vezes perpetua currículos eurocêntricos que invisibilizam saberes locais e ancestrais. Nesse contexto, a experiência do "entre-lugar" identitário, evocada no poema "Pankararu" de Eliane Potiguara (2004), ampliou os debates sobre representações indígenas e afro-brasileiras nos materiais didáticos e reflete a tensão vivida por estudantes que transitam entre suas raízes culturais e as exigências de uma educação formal padronizadora. O presente trabalho propõe o uso dos fanzines como linguagem contra hegemônica capaz de mediar essas tensões, promovendo um letramento crítico que articula arte e vida. O público-alvo, composto por estudantes das turmas do 8º e 9º anos em diversas situações socioeconômicas, traz para a sala de aula marcadores sociais que exigem uma abordagem interseccional. Dialogando com Carla

Akotirene (2019) e Lélia Gonzalez (1984), compreende-se que as opressões de raça, classe e gênero não atuam isoladamente, mas se entrecruzam na formação das subjetividades.

Além disso, a especificidade da Amazônia e a geopolítica do conhecimento, conforme aponta Loureiro (2019), demandam práticas pedagógicas que reconheçam o imaginário poético e cultural da região não como folclore, mas como epistemologia válida. Assim, os fanzines emergem como território de disputa narrativa e construção de equidade.

OBJETIVOS

O objetivo geral deste trabalho é analisar o desenvolvimento de práticas pedagógicas decoloniais através da produção de fanzines, visando promover o letramento crítico, a valorização de epistemologias indígenas e afro-brasileiras e a autonomia criativa estudantil.

Os objetivos específicos incluem: a) Problematizar a colonialidade do saber presente nos materiais didáticos e currículos escolares; b) Articular a interseccionalidade (raça, classe, gênero) com as identidades indígenas e afro-brasileiras; c) Fomentar o protagonismo estudantil através da criação de narrativas visuais e textuais autorais; d) Promover a alfabetização visual integrada ao letramento literário; e) Fortalecer os vínculos entre arte, território e memória cultural no contexto amazônico.

METODOLOGIA

Este resumo é um relato das práticas em arte-educação de natureza qualitativa, focado na intervenção pedagógica. Ressaltando que as atividades descritas fazem parte da rotina regular de ensino supervisionado e orientado por professores coordenadores do PIBID, não configurando uma pesquisa experimental com seres humanos, e sim ações de cunho estritamente educacional, sem a necessidade de aprovação de um comitê de ética. As ações ocorreram na escola-campo, entre março e novembro de 2025. Organizamos nosso percurso em cinco momentos principais:

Diagnóstico e imersão cultural: iniciou-se com a análise do contexto escolar e comunitário. Em 19/03, realizou-se uma aula prática sobre máscaras afro-brasileiras e indígenas utilizando papel machê. Em 26/03, promoveu-se uma atividade de letramento musical e poético com uso de violão. Em 23/04, discutiu-se gêneros literários a partir de autores amazônidas como Davi Kopenawa, culminando em um sarau de poemas autorais.

Planejamento e produção visual: foram apresentadas referências de fanzines amazônicos e realizadas rodas de conversa sobre ancestralidade e ecologia. Os estudantes definiram temas autorais ligados a memórias e território. Em 11/06, ocorreu a oficina de ilustração de capas, abordando fundamentos da linguagem visual (ponto, linha, forma, composição) através de esboços preliminares.

Técnicas gráficas e produções coletivas: introduziu-se a técnica de isogravura com matrizes de isopor na aula de 13/08. Paralelamente, iniciou-se a produção de máscaras em gaze engessada e o planejamento da exposição coletiva, com atendimentos individualizados para estudantes com dificuldades de execução.

Reorganização e aprofundamento: devido a ajustes no calendário por eventos cívicos, o foco pedagógico concentrou-se em uma turma 8º ano para garantir aprofundamento qualitativo. Finalizaram-se as máscaras e as páginas internas dos fanzines, com orientações específicas sobre narrativa visual e equilíbrio entre texto e imagem.

Interdisciplinaridade e exposição: as produções foram integradas a discussões de geografia e história, abordando as Leis 10.639/03 e 11.645/08. Realizou-se o acabamento das máscaras com grafismos afro-amazônicos e a montagem da exposição coletiva final no espaço escolar.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

As atividades revelaram um progressivo engajamento dos estudantes, que transitaram da timidez inicial para uma postura de autonomia criativa. O sarau realizado em abril e a produção das capas dos fanzines em junho foram momentos de ruptura com a passividade discente, demonstrando que, quando a escola acolhe suas subjetividades, o interesse pelo conhecimento se renova.

No âmbito do letramento crítico, dialogando com Paulo Freire (1996), na qual sua pedagogia constrói caminhos para uma alfabetização a partir dos saberes e vivências do próprio mundo da pessoa, observou-se que a produção dos fanzines permitiu aos alunos "ler o mundo" antes de "ler a palavra". A alfabetização visual não se restringiu à técnica, mas serviu como meio para expressar visões de mundo complexas. A interseccionalidade emergiu naturalmente nas produções: questões de raça (identidade indígena e negra), classe (vivências na periferia de Manaus) e gênero (discriminação da mulher e orientação sexual) aparecem

entrelaçadas, confirmando a tese de Akotirene (2019), sobre a inseparabilidade das opressões estruturais.

A prática pedagógica contribuiu afirmativamente para a descolonização do currículo. Ao trazer para o centro da aula epistemologias indígenas Krenak (2022), Kopenawa (2015) e o pensamento negro Gonzalez (1984), rompeu-se com a hegemonia eurocêntrica criticada por Quijano (2005). A especificidade amazônica foi valorizada não como exotismo, mas como lugar de fala e produção de saber, ressoando a poética do imaginário de Loureiro (2019).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

As práticas do PIBID na escola-campo, financiada pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), demonstrou a potência dos fanzines como ferramenta pedagógica decolonial e interseccional. Ao permitir que os estudantes contassem suas próprias histórias, o projeto abriu brechas na rigidez escolar e promoveu o que chamamos de justiça cognitiva.

Sáimos dessa vivência com a certeza de que a arte-educação só faz sentido se estiver comprometida com a diversidade e a equidade. Para o futuro, fica o desejo de expandir essas práticas para outras escolas e continuar pesquisando como a decolonialidade pode sair da teoria e transformar na prática a escola pública na Amazônia.

REFERÊNCIAS

- AKOTIRENE, Carla. **Interseccionalidade**. São Paulo: Sueli Carneiro; Pólen, 2019.
- GONZALEZ, Lélia. Racismo e sexismo na cultura brasileira. **Revista Ciências Sociais Hoje**, Anpocs, p. 223-244, 1984.
- KOPENAWA, Davi; ALBERT, Bruce. **A queda do céu: palavras de um xamã yanomami**. São Paulo: Companhia das Letras, 2015.
- KRENAK, Ailton. **Futuro ancestral**. São Paulo: Companhia das Letras, 2022.
- LOUREIRO, João de Jesus Paes. **Cultura amazônica: uma poética do imaginário**. 5. ed. Manaus: Editora Valer, 2019.
- MIGNOLO, Walter. Desobediência epistêmica: a opção decolonial e o significado de identidade em política. **Cadernos de Letras da UFF**, n. 34, p. 287-324, 2008.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da Autonomia:** saberes necessários à prática educativa. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

POTIGUARA, Eliane. **Metade cara, metade máscara.** São Paulo: Global, 2004.

QUIJANO, Aníbal. Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina. In: LANDER, Edgardo (Org.). A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais. Buenos Aires: CLACSO, 2005. p. 227-278.

A CRISE DA INTOLERÂNCIA CONTEMPORÂNEA DECORRENTE DA NORMALIZAÇÃO DO ÓDIO

¹ Armando Henrique Silva Semeão

¹ Universidade Estadual de Maringá, Maringá, Paraná, Brasil.

Resumo: A sociedade contemporânea tem presenciado o crescimento de manifestações de intolerância que, em muitos contextos, deixaram de ser tratadas como desvios isolados para assumir lugar recorrente no debate público e nas interações cotidianas. Inserido nesse cenário, o presente estudo analisa de que maneira a normalização do discurso de ódio contribui para a legitimação de práticas intolerantes e para o enfraquecimento da convivência democrática. Trata-se de uma pesquisa qualitativa, de natureza bibliográfica e caráter exploratório, construída a partir da leitura crítica de autores que discutem violência simbólica, performatividade do discurso, banalização da violência e crise democrática. A análise demonstra que a repetição de discursos hostis, sobretudo quando proferidos ou legitimados por lideranças públicas e por espaços de ampla circulação simbólica, tende a reduzir a sensibilidade coletiva diante da exclusão, naturalizando agressões verbais, preconceitos e processos de marginalização. Observa-se, ainda, que essa dinâmica afeta de forma mais intensa grupos historicamente vulnerabilizados, ampliando desigualdades já existentes. Conclui-se que o enfrentamento da intolerância contemporânea exige não apenas a condenação formal do discurso de ódio, mas também o fortalecimento da educação crítica, da ética democrática e de práticas sociais voltadas ao reconhecimento da diversidade e da dignidade humana.

Palavras-chave: intolerância; discurso de ódio; violência simbólica; democracia.

INTRODUÇÃO

A convivência social sempre foi atravessada por diferenças culturais, políticas, religiosas e identitárias. Em diferentes contextos históricos, essas diferenças foram transformadas em justificativa para conflitos e perseguições. No tempo presente, contudo, o que chama atenção não é apenas a permanência da intolerância como problema social, mas a crescente naturalização de discursos e práticas hostis que anteriormente encontravam maior resistência no espaço público. A expansão dessas manifestações revela que o ódio deixou de ocupar apenas margens extremas da vida social e passou a circular com maior frequência em discursos políticos, interações cotidianas e ambientes digitais.

Esse processo pode ser compreendido como parte de uma dinâmica mais ampla de banalização da violência e esvaziamento da capacidade crítica coletiva. Arendt (2012), ao

discutir a banalidade do mal, demonstra que práticas de violência podem se tornar ordinárias quando deixam de ser objeto de reflexão ética e passam a ser reproduzidas com normalidade.

No Brasil e em outras sociedades marcadas por fortes tensões políticas e sociais, a intolerância manifesta-se de maneiras diversas, como racismo, xenofobia, intolerância religiosa, misoginia e discriminação contra minorias sexuais, grupos regionais e populações periféricas. Tais expressões não surgem de forma isolada, mas se articulam a estruturas de dominação. Bauman (2007) observa que a modernidade recente é marcada por insegurança, instabilidade e fragilidade das relações, criando terreno fértil para a construção de inimigos sociais e para a procura de culpados simbólicos sobre os quais recaem frustrações coletivas.

Quando lideranças públicas recorrem a linguagens agressivas, classificações excludentes e retóricas que opõem “nós” e “eles”, contribuem para deslocar os limites do aceitável no debate social. O que antes seria prontamente identificado como agressão passa a ser relativizado, reinterpretado como opinião ou defendido como forma legítima de expressão. Esse deslocamento é grave porque produz efeitos concretos sobre a percepção social da diferença, sobre a dignidade de grupos vulneráveis e sua sustentação da vida democrática.

O problema que orienta este estudo pode ser formulado da seguinte maneira: de que modo a normalização do discurso de ódio na sociedade contemporânea contribui para a legitimação da intolerância e para o enfraquecimento da convivência democrática? A explicitação dessa questão é importante porque desloca a discussão de uma constatação genérica sobre o crescimento da intolerância para uma investigação mais precisa sobre os mecanismos sociais, políticos e simbólicos que tornam o ódio progressivamente aceitável.

OBJETIVO

O presente estudo tem como objetivo analisar de que maneira a normalização do discurso de ódio, no contexto contemporâneo, contribui para a legitimação da intolerância, para a reprodução de exclusões sociais e para o enfraquecimento dos valores democráticos que sustentam a convivência plural.

METODOLOGIA

O estudo caracteriza-se como uma pesquisa qualitativa, de natureza bibliográfica e caráter exploratório. A opção por essa abordagem decorre da necessidade de compreender um

fenômeno social complexo, marcado por dimensões simbólicas, políticas e culturais que não podem ser reduzidas a dados meramente quantitativos. A pesquisa qualitativa mostra-se adequada porque permite interpretar sentidos, relações de poder e formas de construção discursiva presentes na normalização do ódio e na ampliação da intolerância contemporânea.

No plano metodológico, o trabalho foi desenvolvido por meio de revisão bibliográfica com base em obras de referência no campo da sociologia, da filosofia política e da teoria social contemporânea. Foram selecionados autores cujas contribuições oferecem ferramentas conceituais para pensar a banalização da violência, o poder simbólico, a performatividade do discurso e a erosão dos valores democráticos. Entre esses autores, destacam-se Hannah Arendt, Pierre Bourdieu, Judith Butler, Zygmunt Bauman, Steven Levitsky e Daniel Ziblatt, cujos aportes teóricos permitem examinar o fenômeno da intolerância não como evento episódico, mas como construção histórica e socialmente legitimada.

A análise dos dados bibliográficos foi orientada por uma perspectiva interpretativa. Isso significa que o estudo não se limitou à exposição das ideias dos autores, mas procurou articulá-las à problemática central da pesquisa, investigando como a repetição de discursos hostis, a fragilidade das normas democráticas e a produção de inimigos sociais participam da naturalização do ódio no cotidiano.

FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

A intolerância pode ser compreendida como um fenômeno que ultrapassa a discordância entre indivíduos ou grupos. Ela se constitui quando a diferença deixa de ser reconhecida como elemento legítimo da vida social e passa a ser tratada como ameaça, erro ou desvio a ser combatido. Nesse sentido, a intolerância não nasce apenas de opiniões pessoais, mas de processos históricos e sociais que produzem hierarquias, exclusões e formas de desumanização.

Uma das contribuições mais importantes para essa reflexão é encontrada em Arendt (2012), ao abordar a banalidade do mal. Embora sua análise esteja situada em contexto específico, a autora oferece uma chave interpretativa valiosa para pensar como práticas violentas podem ser incorporadas à rotina social sem provocar estranhamento suficiente. Quando a sociedade perde a capacidade de refletir criticamente sobre seus próprios atos e discursos, abre-se espaço para que a exclusão se torne administrável, justificável e aceita.

Essa naturalização não se realiza apenas no plano individual. Ela depende de estruturas simbólicas que organizam a percepção do mundo social. Nesse ponto, Bourdieu (1998) é central ao afirmar que o poder simbólico atua por meio da linguagem, das classificações e das representações legitimadas socialmente. O autor mostra que a dominação nem sempre se impõe pela força física; muitas vezes, ela se consolida quando determinadas visões de mundo são apresentadas como naturais, evidentes ou inevitáveis. Assim, o discurso intolerante ganha força quando grupos e sujeitos passam a ser representados por categorias depreciativas, caricaturais ou ameaçadoras. A violência simbólica, nesse processo, opera silenciosamente, fazendo com que a inferiorização do outro pareça razoável ou aceitável.

O debate proposto por Butler (2021) aprofunda essa discussão ao evidenciar o caráter performativo da linguagem. Para a autora, o discurso não apenas descreve a realidade, mas participa ativamente de sua produção. Isso significa que palavras não são neutras: elas criam enquadramentos, instituem posições e produzem efeitos materiais sobre a vida social.

A relação entre essas leituras torna-se evidente quando se observa que a banalização do mal, em Arendt, a violência simbólica, em Bourdieu, e a performatividade do discurso, em Butler, convergem para um mesmo ponto: o ódio se fortalece quando encontra meios de circular como algo comum, repetível e socialmente autorizável. Não se trata apenas de indivíduos intolerantes, mas de ambientes que enfraquecem barreiras morais e democráticas, permitindo que a hostilidade deixe de ser percebida como ameaça grave à vida coletiva.

Essa discussão também precisa ser situada nas condições sociais do presente. Bauman (2007) argumenta que a contemporaneidade é marcada por vínculos frágeis, medo difuso e insegurança permanente. Em cenários de instabilidade, o desejo de proteção frequentemente se converte em busca por culpados. Grupos minoritários, estrangeiros, dissidentes políticos, populações racializadas e sujeitos historicamente marginalizados tornam-se alvos preferenciais de narrativas que os apresentam como responsáveis por crises e ameaças à ordem social.

É justamente nesse ponto que o discurso político assume centralidade. A política democrática depende da coexistência conflitiva, mas respeitosa, entre posições divergentes. Quando agentes públicos passam a explorar a hostilidade como estratégia de mobilização, as divergências deixam de ser tratadas no campo do dissenso legítimo e passam a ser convertidas

em antagonismos morais absolutos. O adversário deixa de ser visto como interlocutor e passa a ser enquadrado como inimigo.

Levitsky e Ziblatt (2018) demonstram que as democracias não entram em colapso apenas por rupturas abruptas, mas também pelo desgaste progressivo das normas que regulam o convívio político. Entre essas normas, a tolerância mútua ocupa lugar decisivo. Quando ela se rompe, cresce a disposição para justificar ofensas e exclusões em nome da defesa de um grupo ou projeto político. A normalização do ódio, então, não representa apenas um problema ético ou moral, mas um sintoma de erosão democrática. Ela corrói o ambiente institucional porque naturaliza a desumanização do outro como parte aceitável da disputa pública.

No caso brasileiro, essa reflexão adquire especial relevância. A história nacional é atravessada por profundas desigualdades de raça, classe, gênero, território e acesso a direitos. Em um contexto como esse, a disseminação de discursos intolerantes não cria a exclusão do nada, mas reativa hierarquias antigas e oferece nova legitimidade para práticas discriminatórias. O ódio normalizado encontra terreno fértil onde a cidadania já é desigual.

Outro aspecto importante é que a normalização do ódio tende a reduzir a capacidade de indignação coletiva. Quando expressões discriminatórias passam a circular com frequência, instala-se uma espécie de anestesia social. Aquilo que deveria gerar contestação ética passa a ser absorvido como parte do cotidiano. Essa dessensibilização é perigosa porque enfraquece os mecanismos de solidariedade social e torna mais difícil reconhecer a gravidade da exclusão.

A crise da intolerância contemporânea não pode ser explicada apenas por comportamentos individuais inadequados ou por episódios isolados de radicalização. Ela deve ser lida como resultado de um processo social mais amplo, no qual linguagem, poder, insegurança e fragilidade democrática se articulam. A contribuição dos autores mobilizados permite compreender que o ódio se normaliza quando o outro deixa de ser reconhecido em sua dignidade e passa a ser enquadrado como ameaça, estorvo ou inimigo.

Em razão disso, o enfrentamento do problema exige mais do que respostas punitivas pontuais. Exige a reconstrução de uma cultura democrática baseada no reconhecimento da pluralidade, na responsabilidade da linguagem e na recusa de qualquer forma de desumanização. A educação crítica, o fortalecimento das instituições democráticas e a

valorização de práticas públicas comprometidas com a dignidade humana tornam-se caminhos indispensáveis para interromper a banalização do ódio.

CONCLUSÃO

A análise desenvolvida ao longo deste estudo permite afirmar que a crise da intolerância contemporânea está diretamente relacionada ao processo de normalização do discurso de ódio no espaço social e político. Mais do que um conjunto de manifestações isoladas, o que se observa é a formação de um ambiente em que a hostilidade, a desqualificação do outro e a exclusão simbólica passam a circular com crescente legitimidade. Esse processo compromete a convivência democrática porque desloca os limites do aceitável, enfraquece a tolerância mútua e reduz a capacidade coletiva de reconhecer a gravidade das práticas discriminatórias.

A articulação entre Arendt, Bourdieu, Butler, Bauman, Levitsky e Zibblatt demonstrou que a intolerância contemporânea deve ser compreendida como fenômeno socialmente produzido, sustentado por mecanismos de banalização da violência, imposição simbólica, performatividade da linguagem e erosão das normas democráticas. O discurso de ódio, nesse cenário, não apenas expressa preconceitos já existentes, mas atua na consolidação de realidades excludentes, atingindo com maior intensidade grupos historicamente vulnerabilizados e aprofundando desigualdades estruturais.

Conclui-se que enfrentar a normalização do ódio implica fortalecer a educação crítica, a ética democrática e a responsabilidade social no uso da linguagem, de modo a reconstruir práticas de convivência pautadas pelo respeito à diversidade, pelo reconhecimento do outro e pela defesa inegociável da dignidade humana.

REFERÊNCIAS

- ARENDDT, Hannah. **Eichmann em Jerusalém: um relato sobre a banalidade do mal**. São Paulo: Companhia das Letras, 2012.
- BAUMAN, Zygmunt. **Tempos líquidos**. Rio de Janeiro: Zahar, 2007.
- BOURDIEU, Pierre. **O poder simbólico**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1998.
- BUTLER, Judith. **Discurso de ódio: uma política do performativo**. São Paulo: Editora Unesp, 2021.



II CONGRESSO NACIONAL DOS
ESTUDOS EM SUBJETIVIDADE,
POLÍTICA E ARTE

NUEST

LEVITSKY, Steven; ZIBLATT, Daniel. **Como as democracias morrem**. Rio de Janeiro:
Zahar, 2018.

**ARMAS COMO NECROEXTENSÃO DA BRANQUITUDE: SUBJETIVAÇÃO
ARMAMENTISTA E A PRODUÇÃO DA MATABILIDADE NEGRA NA
POLÍTICA CRIMINAL BRASILEIRA**¹Caio Roberto Mendes Ferreira¹Universidade Federal da Paraíba, Cajazeiras, Paraíba, Brasil.

Resumo: A flexibilização do acesso a armas de fogo no Brasil entre 2019 e 2022, por meio de mais de quarenta atos normativos do Poder Executivo, não constitui um fenômeno neutro do ponto de vista racial. Dados de 19º Anuário Brasileiro de Segurança Pública demonstra que 79% das vítimas de mortes violentas intencionais em 2024 eram negras, ao passo que os registros legais de armas cresceram predominantemente entre populações brancas de renda média e alta. Esta pesquisa propõe o conceito analítico de necroextensão da branquitude para descrever o processo pelo qual a arma de fogo, enquanto tecnologia normativa, estende a agência necropolítica do sujeito branco e consolida a matabilidade do corpo negro como efeito estrutural da política criminal brasileira. O objetivo central é analisar como a política criminal de armas, especialmente no ciclo normativo pós-2019, racializa a letalidade urbana e produz subjetividades armamentistas funcionalmente articuladas à colonialidade do poder. Desse modo, a pesquisa adota uma abordagem qualitativa de orientação decolonial, combinando a análise jurisprudencial crítica de decisões do Supremo Tribunal Federal (STF) sobre armamento e a hermenêutica foucaultiana do discurso penal. Assim, os resultados analíticos indicam que o silêncio epistêmico da dogmática jurídico-penal diante das estatísticas de genocídio negro reproduz a colonialidade do saber, operando como cumplicidade estrutural com a política de morte. Além disso, a pesquisa contribui para o campo da criminologia crítica decolonial e para o debate sobre responsabilização interamericana do Estado brasileiro perante a Comissão e a Corte Interamericana de Direitos Humanos (CIDH).

Palavras-Chave: Necropolítica; Racismo estrutural; Genocídio negro; Colonialidade do poder; Criminologia crítica decolonial.

INTRODUÇÃO

O sistema penal, de forma indisfarçável, atua como um poderoso instrumento de reprodução e manutenção das hierarquias raciais brasileiras, tendo na eliminação física e no encarceramento de negros e negras suas estratégias centrais.

Ana Luiza Pinheiro Flauzina (Corpo negro caído no chão: o sistema penal e o projeto genocida do Estado brasileiro. Rio de Janeiro: Contraponto, 2006, p. 102).

O Brasil registrou, em 2024, 44.127 mortes violentas intencionais, das quais 79% vitimaram pessoas negras, o que evidencia a persistente racialização da violência letal no país (FBSP, 2025). No mesmo período, os feminicídios mantiveram patamar elevado, com

predominância de vítimas negras (63,6%). Ademais, a análise do instrumento utilizado revela que, embora os feminicídios ocorram majoritariamente por meios não armados, as armas de fogo ainda respondem por 23,6% desses casos e por 48,3% das mortes violentas intencionais de mulheres, indicando sua centralidade na letalidade de gênero no Brasil (FBSP, 2025).

Nesse horizonte, tais dados, se tomados isoladamente, poderiam ser lidos como expressão difusa de desigualdades socioeconômicas. Contudo, quando articulados ao ciclo armamentista inaugurado a partir de 2019, marcado por intensa flexibilização infralegal do acesso a armas de fogo e pela ampliação do mercado civil em benefício sobretudo de CACs e segmentos socialmente privilegiados (Santos, 2024; Vieira, 2023), eles revelam uma distribuição seletiva dos meios de matar em uma sociedade na qual a vitimização letal permanece massivamente negra.

Corroborando essa tese, o fato de que, em 2024, o Brasil registrou 44.127 mortes violentas intencionais, das quais 79% vitimaram pessoas negras e 73,8% foram cometidas com arma de fogo (FBSP, 2025). Tal quadro desautoriza leituras neutralizantes da circulação armada e permite entrever uma gramática racializada da letalidade que o Direito Penal tende a normalizar e silenciar (Zaccone, 2015).

A relevância acadêmica do problema reside na ainda insuficiente articulação entre necropolítica (Mbembe, 2018), racismo estrutural (Almeida, 2019; Oliveira, 2021), branquitude (Bento, 2022; Schucman, 2020) e política armamentista (Santos; Neves; Paravidini, 2025; Vieira, 2023). Embora já existam formulações consolidadas sobre a centralidade do racismo na reprodução da ordem social brasileira e sobre o pacto da branquitude como mecanismo de preservação de privilégios materiais e simbólicos (Oliveira, 2021; Bento, 2022), permanece pouco explorado o nexo entre armamentismo civil e atualização material desses dispositivos de poder.

Propõe-se, portanto, o conceito de necroextensão da branquitude, a arma de fogo como prótese ontológica (Mbembe, 2018; Agamben, 2010) que prolonga a soberania necropolítica do sujeito branco sobre o corpo negro, como contribuição analítica original ao campo da criminologia crítica decolonial (Flauzina, 2008; Pires, 2017; Prando, 2018). A relevância social é igualmente urgente. O genocídio negro brasileiro (Nascimento, 2016) não é apenas uma metáfora político-militante. É, a bem da verdade, uma categoria

analítica sustentada por décadas de séries estatísticas que o ordenamento jurídico-penal se recusa a nomear.

A questão norteadora desta pesquisa é: como a política criminal de armas, especialmente no ciclo normativo pós-2019, racializa a distribuição da letalidade urbana, constituindo corpos negros como matáveis, e qual é o papel do silêncio epistêmico da dogmática jurídico-penal na reprodução dessa estrutura?

OBJETIVO

O objetivo geral desta pesquisa é analisar como a política criminal de armas no Brasil, especialmente o ciclo normativo de flexibilização armamentista pós-2019, racializa a letalidade urbana e produz subjetividades armamentistas funcionalmente articuladas à colonialidade do poder, a partir do conceito de aqui nomeado de “necroextensão da branquitude”.

Os objetivos específicos são: (i) identificar criticamente os mecanismos normativos pelos quais a flexibilização armamentista (2019–2022) operou a redistribuição racializada do acesso legal a armas e da exposição ao risco letal; (ii) examinar o silêncio epistêmico da dogmática jurídico-penal brasileira diante das estatísticas de genocídio negro, com ênfase na jurisprudência do Supremo Tribunal Federal (STF) sobre porte e posse de armas; e (iii) desenvolver o conceito analítico de necroextensão da branquitude como ferramenta teórica para a criminologia crítica decolonial, articulando Mbembe (2018), Almeida (2019), Gonzalez (2020) e Quijano (2005) ao debate sobre política criminal de armas.

METODOLOGIA

Quanto ao aporte metodológico, esta pesquisa adota uma abordagem qualitativa de orientação epistemológica decolonial, situando-se na tradição das epistemologias do Sul (Santos; Meneses, 2010) e da criminologia crítica afro-brasileira (Flauzina, 2008; Pires, 2017). A escolha epistemológica justifica-se pela inadequação dos paradigmas positivistas para analisar fenômenos em que a própria neutralidade normativa é objeto de crítica, ou seja, o Direito Penal não é apenas o campo a ser investigado, mas também parte constitutiva do problema, na medida em que sua suposta racionalidade técnica silencia a

dimensão racial da violência letal.

Os procedimentos metodológicos organizam-se em três eixos complementares. O primeiro é a análise jurisprudencial crítica das decisões do STF sobre política armamentista (ADIs 6119, 6139, 6466, 6134, 6675–6680; ADPF 635; ADC 85), examinando o que é enunciado e, sobretudo, o que é sistematicamente silenciado sobre raça e letalidade nos fundamentos das decisões. O segundo é a análise documental da produção normativa armamentista (2019–2024), incluindo mais de quarenta decretos federais do ciclo Bolsonaro e os Decretos n. 11.366/2023 (Brasil, 2023a) e n. 11.615/2023 (Brasil, 2023b) do governo Lula, com atenção às categorias de sujeitos de direito previstas nos dispositivos legais. O terceiro é a hermenêutica foucaultiana do discurso jurídico-penal, investigando como os enunciados sobre segurança pública e legítima defesa produzem e naturalizam hierarquias raciais de matabilidade (Foucault, 2010; Mbembe, 2018). Nesse sentido, a triangulação dessas três dimensões permite revelar as fissuras entre o enunciado igualitário do direito e a distribuição racialmente desigual de seus efeitos concretos.

FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

O conceito de necropolítica, formulado por Mbembe (2018) a partir da crítica ao biopoder foucaultiano, descreve a soberania política como poder de decidir quem pode viver e quem deve morrer. No contexto brasileiro, esse poder não é exercido apenas pelo Estado por meio da letalidade policial, embora os dados sejam eloquentes: 6.214 mortes por intervenção policial em 2024, com 82% das vítimas negras (FBSP, 2025), mas também por meio da norma jurídica que autoriza, amplia e distribui desigualmente o acesso privado aos instrumentos de morte.

Nessa dimensão, a “necroextensão da branquitude”, conceito proposto nesta pesquisa a partir da articulação entre a branquitude enquanto sistema de privilégios e silêncios (Bento, 2022) e a necropolítica mbembeana (Mbembe, 2018), nomeia precisamente essa dimensão: a arma de fogo legal, enquanto tecnologia normativa, opera como prótese ontológica que estende a capacidade de matar de sujeitos cujo acesso ao aparato legal é estruturalmente favorecido por marcadores de classe, sexo, território, escolaridade e raça.

Convém delimitar com maior precisão os elementos constitutivos daquilo que se propõe, neste estudo, chamar de “necroextensão da branquitude”. A necroextensão da branquitude opera em três dimensões articuladas. A primeira é a dimensão normativa. O aparato regulatório do Estado, ao flexibilizar o acesso legal a armas mediante critérios aparentemente neutros, tais como renda, escolaridade, residência fixa, ausência de antecedentes, codifica requisitos que, no contexto das desigualdades estruturais brasileiras, funcionam como filtros raciais implícitos.

Não é necessário, assim, que a norma enuncie a raça para que seus efeitos sejam racialmente seletivos. Entende-se que basta os critérios de elegibilidade coincidam-se com os marcadores socioeconômicos historicamente concentrados na população branca. Denomina-se de simbólica a segunda. Ela explica que a posse legal de arma de fogo confere ao sujeito armado uma soberania privada sobre a vida e a morte que replica, no plano individual, a lógica do *imperium* estatal descrita por Mbembe (2018).

Essa soberania privada é racialmente distribuída, na medida em que o imaginário da legítima defesa, mobilizado nos discursos legislativos e nas decisões judiciais, pressupõe um sujeito de direito cuja integridade merece proteção armada, implicitamente branco, proprietário, urbano, e um corpo-ameaça cuja matabilidade é naturalizada. Por derradeiro, a terceira dimensão é material. Explica-se melhor: a arma de fogo, enquanto objeto técnico dotado de capacidade letal, amplia concretamente o raio de ação necropolítica de seus detentores. Quando o acesso a esse objeto é racialmente estratificado, a própria distribuição material da capacidade de matar torna-se um vetor de reprodução da hierarquia racial.

Importa, ademais, situar a necroextensão da branquitude em relação a categorias teóricas vizinhas, explicitando o que o conceito acrescenta ao campo. A necropolítica, tal como formulada por Mbembe (2018), descreve o exercício soberano do poder de morte predominantemente como atributo estatal, operado por meio de aparatos militares, policiais e territoriais. O conceito aqui proposto desloca essa análise ao demonstrar que a norma jurídica pode delegar e privatizar a agência necropolítica, transferindo-a do Estado para sujeitos privados racialmente posicionados.

De modo análogo, a branquitude, conforme teorizada por Bento (2022) e Prando (2018), tem sido analisada sobretudo como sistema de privilégios simbólicos,

epistemológicos e institucionais. São, em síntese, pactos narcísicos, silenciamentos, apagamentos e ocupação de espaços de poder. A necroextensão acrescenta a essa análise uma dimensão material e letal até então pouco explorada na literatura. Desse modo, verificar-se que a branquitude não apenas silencia e invisibiliza, mas, por meio da política de armas, instrumentaliza-se como capacidade concreta de produzir morte. O conceito aqui proposto nomeia, portanto, o ponto de convergência entre a soberania necropolítica e o privilégio racial, mediado pela tecnologia normativa do armamento.

Essa operacionalização permite reler os dados empíricos disponíveis não como mera correlação estatística entre raça e violência, mas como expressão de um mecanismo estrutural específico. O crescimento de 592% nos registros de CACs entre 2019 e 2022, concentrado em segmentos predominantemente brancos, masculinos e de renda média-alta (FBSP, 2025) não é apenas um indicador de flexibilização regulatória. É a bem da verdade, a materialização da necroextensão, o alargamento concreto da capacidade letal de sujeitos cuja posição na hierarquia racial já os situa como detentores de privilégios estruturais.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Imersa nesse arsenal armamentista, esta pesquisa propõe o conceito de necroextensão da branquitude como ferramenta analítica para revelar a dimensão racial da política criminal de armas no Brasil. O argumento central é que a flexibilização armamentista de 2019 a 2022 não foi um fenômeno politicamente neutro, mas um mecanismo de redistribuição racializada da capacidade letal. Expandiu irresponsável e inconsequentemente o acesso legal a armas para sujeitos predominantemente brancos e de classe média, heterossexuais, enquanto os efeitos mortais recaíram desproporcionalmente sobre corpos negros, periféricos, pobres, dissidentes, LGBTQIAPN+, estrutura que o ordenamento jurídico silencia por meio da linguagem técnica da igualdade puramente formal.

As implicações teóricas são relevantes para a criminologia crítica decolonial. O conceito proposto abre uma frente analítica inexplorada na intersecção entre estudos da branquitude, necropolítica, masculinidade e política de armas. Ademais, as implicações práticas são igualmente urgentes, tais como a análise, embasada em dados do FBSP

(2025), do Instituto Sou da Paz (2024) e da jurisprudência do STF, pode subsidiar ações de responsabilização do Estado brasileiro perante o Sistema Interamericano de Direitos Humanos.

Sem olvidar, as limitações principais residem na ausência de dados primários sobre o perfil racial dos detentores legais de armas, o que restringe a análise ao âmbito documental e jurisprudencial. Portanto, pesquisas futuras poderão avançar rumo a estudos quantitativos que cruzem o perfil racial dos proprietários de armas com dados territorializados de mortalidade, testando empiricamente a hipótese da necroextensão e aprofundando a perspectiva interseccional sobre gênero, raça, sexo, território e armamento.

Isso posto, num país em que a morte tem cor, sexo, gênero, território e classe, não existe neutralidade possível na política de armas. Legalizar, flexibilizar, incentivar e expandir o acesso aos instrumentos letais, com base em normas estatais, sob o manto retórico da liberdade, da defesa pessoal ou da autonomia privada, significa reforçar uma ordem social em que alguns seguem autorizados a viver e outros continuam mais facilmente entregues à matabilidade. O problema, em última instância, não é apenas o objeto arma, mas o tipo de sociedade que ela ajuda a consolidar quando distribuída de forma desigual. Uma sociedade em que o racismo estrutura e institucionaliza a própria experiência da cidadania, armar a branquitude é aprofundar a pedagogia da desigualdade e da morte.

REFERÊNCIAS

AGAMBEN, Giorgio. **Homo sacer**: o poder soberano e a vida nua I. Belo Horizonte: UFMG, 2002.

ALMEIDA, Silvio Luiz de. **Racismo Estrutural**. São Paulo: Sueli Carneiro; Pólen, 2019.

BENTO, Maria Aparecida Silva. **Branquitude**: o lado oculto do discurso sobre o negro. São Paulo: Companhia das Letras, 2022.

BRASIL. Decreto nº 11.615, de 21 de julho de 2023. Regulamenta a Lei nº 10.826, de 22 de dezembro de 2003, que dispõe sobre registro, posse e comercialização de armas de fogo e munição. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 24 jul. 2023.

BRASIL. Lei nº 10.826, de 22 de dezembro de 2003. Dispõe sobre o registro, a posse e a comercialização de armas de fogo e munição, sobre o Sistema Nacional de Armas,

Sinarm, define crimes e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 23 dez. 2003.

FLAUZINA, Ana Luiza Pinheiro. **Corpo negro caído no chão: o sistema penal e o projeto genocida do Estado brasileiro**. Rio de Janeiro: Contraponto, 2008.

FOUCAULT, Michel. **Em defesa da sociedade: curso no Collège de France (1975-1976)**. Tradução: Maria Ermantina Galvão. 2. ed. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2010.

FÓRUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA (FBSP). **19º Anuário Brasileiro de Segurança Pública**. São Paulo: Fórum Brasileiro de Segurança Pública, FBSP, 2025. Disponível em: <https://publicacoes.forumseguranca.org.br/handle/123456789/279>. Acesso em: 10 fev. 2026

GONZALEZ, Lélia. **Por um feminismo afro-latino-americano: ensaios, intervenções e diálogos**. Organização: Flávia Rios; Márcia Lima. 1. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 2020.

INSTITUTO SOU DA PAZ. **Violência armada e racismo: o papel da arma de fogo na desigualdade racial**. 3. ed. São Paulo: Instituto Sou da Paz, 2024.

MBEMBE, Achille. **Necropolítica: biopoder, soberania, estado de exceção, política da morte**. Tradução de Renata Santini. São Paulo: N-1 Edições, 2018.

NASCIMENTO, Abdias do. **O genocídio do negro brasileiro: processo de um racismo mascarado**. São Paulo: Perspectiva, 2016.

OLIVEIRA, Dennis de. **Racismo estrutural: uma perspectiva histórico-crítica**. São Paulo: Editora Dandara, 2021.

PIRES, Thula Rafaela de Oliveira. Criminologia crítica e pacto narcísico: por uma crítica criminológica apreensível em pretuguês. **Revista Brasileira de Ciências Criminais**, São Paulo, v. 135, p. 541-562, set. 2017.

PRANDO, Camila Cardoso de Mello. A Criminologia Crítica no Brasil e os estudos críticos sobre branquidade. **Revista Direito e Práxis**, Rio de Janeiro, v. 9, n. 1, 2018.

QUIJANO, Aníbal. Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina. *In*: LANDER, Edgardo (Org.). **A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais**. Buenos Aires: CLACSO, 2005. p. 227-278.

SANTOS, Boaventura de Sousa; MENESES, Maria Paula (Orgs.). **Epistemologias do Sul**. São Paulo: Cortez, 2010.

SANTOS, Roberto Uchôa de Oliveira. Armas de fogo e masculinidade: quem está se armando no Brasil. **Terceiro Milênio: Revista Crítica de Sociologia e Política**, Campos dos Goytacazes, v. 24, n. 2, p. 119-148, maio/ago. 2024. Disponível em: <https://doi.org/10.59901/2318-373X/v24n6>. Acesso em: 24 mar. 2026.

SANTOS, Luciano Henrique Moreira; NEVES, Anamaria Silva; PARAVIDINI, João Luiz Leitão. Armamentismo e liberdade individual no neoliberalismo: uma perspectiva psicanalítica. **Quaderns de Psicologia**, v. 27, n. 1, e2121, 2025. Disponível em: <https://doi.org/10.5565/rev/qpsicologia.2121>. Acesso em: 10 mar. 2026.

SCHUCMAN, Lia Vainer. **Entre o encardido, o branco e o branquíssimo**: branquitude, hierarquia e poder na cidade de São Paulo. 2. ed. São Paulo: Veneta, 2020.

SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL. **Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental n. 635-ADPF das Favelas**. Relator: Min. Edson Fachin. Brasília, DF: STF, 2025.

VIEIRA, Mateus Tobias. **Mercado de armas de fogo no Brasil**: construção social de um mercado contestado. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2023. Disponível em: <https://doi.org/10.7476/9786559543762>. Acesso em: 9 mar. 2026.

ZACCONE, Orlando. **Indignos de vida**: a forma jurídica da política de extermínio de inimigos na cidade do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: Revan, 2015.

**PSICOPEDAGOGIA E INTERSECCIONALIDADE: PRÁTICAS PEDAGÓGICAS
PARA JOVENS AUTISTAS NÃO-VERBAIS EM CONTEXTOS DE
VULNERABILIDADE SOCIAL**¹Renata Picoli

¹Mestre em Educação pela Universidade do Oeste Paulista (Unoeste), Presidente Prudente, São Paulo, Brasil.

Resumo: O presente trabalho investiga as contribuições da psicopedagogia no desenvolvimento de práticas pedagógicas voltadas a jovens com Transtorno do Espectro Autista (TEA) nível 3 de suporte e comunicação não-verbal, residentes em contextos de vulnerabilidade social. A pesquisa fundamenta-se na análise da interseccionalidade, compreendendo como os marcadores de raça, classe social e sexualidade influenciam o processo de aprendizagem e a inclusão desses sujeitos. O objetivo central é analisar estratégias psicopedagógicas que promovam a comunicação alternativa e a autonomia, respeitando a identidade desses jovens. A metodologia adotada é qualitativa e descritiva, utilizando a pesquisa bibliográfica e o método autoetnográfico para refletir sobre a prática docente e clínica. Os resultados apontam que a vulnerabilidade social e os preconceitos estruturais agravam o isolamento de estudantes não-verbais, exigindo uma psicopedagogia que atue além do cognitivo, alcançando a esfera da justiça social. Discute-se que a utilização de Sistemas de Comunicação Alternativa e Aumentativa (CAA) personalizados, que dialoguem com a realidade periférica e a identidade do aluno, é essencial para o sucesso pedagógico. Conclui-se que a formação continuada e o olhar sensível aos marcadores sociais são fundamentais para transpor as barreiras de aprendizagem, garantindo que o direito à educação seja efetivado para além das limitações clínicas, promovendo a dignidade e a expressão subjetiva de jovens autistas em situação de exclusão.

Palavras-Chave: Psicopedagogia; Autismo nível 3; Interseccionalidade; Comunicação Não-Verbal; Vulnerabilidade Social.

INTRODUÇÃO

A educação inclusiva no Brasil, embora amparada por robusto arcabouço legal, ainda enfrenta desafios abismais quando se depara com a complexidade do Transtorno do Espectro Autista (TEA) em seu nível de suporte 3. Para jovens que não utilizam a fala articulada como principal meio de comunicação e que habitam as periferias geográficas e existenciais do país, a escola muitas vezes se torna um lugar de "presença física, mas ausência pedagógica".

Neste cenário, a psicopedagogia emerge não apenas como uma disciplina de correção de dificuldades de aprendizagem, mas como um campo de resistência e

humanização. A introdução do conceito de interseccionalidade, cunhado por Kimberlé Crenshaw e ampliado no Brasil por teóricas como Lélia Gonzalez e Akotirene, torna-se vital. Não se trata apenas de atender um autista; trata-se de educar um jovem que pode ser negro, gay e periférico, cujas barreiras de aprendizagem são erguidas tanto pela neurodivergência quanto pelo racismo estrutural e pela LGBTfobia.

Este resumo expandido propõe uma reflexão sobre como as práticas pedagógicas podem ser ressignificadas quando o olhar psicopedagógico atravessa essas camadas sociais. A urgência deste debate reside na necessidade de retirar o autista nível 3 do lugar do "ineducável" e inseri-lo como sujeito de direitos e de desejos, capaz de se expressar através de múltiplas linguagens se lhe forem oferecidas as ferramentas adequadas de mediação.

OBJETIVO

O objetivo deste trabalho é analisar as possibilidades de intervenção psicopedagógica junto a jovens autistas nível 3 não-verbais, sob a ótica da interseccionalidade. Busca-se identificar como os marcadores de raça, gênero e classe social condicionam o acesso desses jovens às tecnologias assistivas e ao desenvolvimento cognitivo. Além disso, a pesquisa intenta propor diretrizes para uma prática pedagógica que valorize a comunicação alternativa como ferramenta de emancipação social e subjetiva em contextos de vulnerabilidade.

METODOLOGIA

A presente pesquisa adota uma abordagem qualitativa de cunho exploratório, estruturada a partir da pesquisa bibliográfica e do método autoetnográfico. A fundamentação teórica sustenta-se no diálogo entre a Psicopedagogia Clínica e Institucional (Fernández; Fabrício), as diretrizes diagnósticas do autismo (DSM-5) e o conceito de Interseccionalidade (Akotirene).

Como procedimento metodológico principal, utiliza-se a autoetnografia, que permite ao pesquisador analisar sua própria trajetória e vivência profissional como dado de reflexão teórica. Dessa forma, a fonte de análise não é sujeitos externos, mas sim o relato de experiência e a memória reflexiva do pesquisador sobre sua atuação em salas de recursos e instituições periféricas. O material de apoio consiste em registros de diretrizes pedagógicas e

reflexões teóricas contidas em cadernos de planejamento pessoal, que servem de base para discutir os desafios da mediação escolar para jovens autistas nível 3 em contextos de vulnerabilidade social, sem a identificação ou observação direta de terceiros para fins estatísticos.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

A análise das vivências profissionais em articulação com o referencial teórico revela que o diagnóstico de autismo nível 3 em contextos periféricos é atravessado por barreiras estruturais, resultando em intervenções psicopedagógicas frequentemente tardias. A discussão evidencia que as categorias de raça e classe social tensionam a percepção do autismo; para o jovem negro, comportamentos de desregulação sensorial são, por vezes, erroneamente interpretados pelo sistema escolar como indisciplina ou "agressividade", reflexo de um viés racial que precede a compreensão do transtorno.

No âmbito da intervenção, a experiência demonstra que a eficácia da Comunicação Alternativa e Aumentativa (CAA) está intrinsecamente ligada à pertencimento cultural. Observou-se, através da prática reflexiva, que a customização de pictogramas com elementos da cultura urbana e da identidade negra potencializa o engajamento e a produção de sentido pelo aluno. Além disso, a discussão aponta para a necessidade de desinfantilizar a sexualidade do jovem autista; quando a Psicopedagogia válida a interseccionalidade (ser autista e ser gay), rompem-se silenciamentos institucionais, permitindo novas formas de expressão afetiva.

Por fim, diante da vulnerabilidade econômica que restringe o acesso a tecnologias de alto custo, a prática pedagógica relatada reforça a viabilidade de soluções de baixo custo, como álbuns de rotina personalizados e cartões plastificados. Tais estratégias, ao serem integradas à dinâmica familiar e comunitária, transcendem o espaço escolar, constituindo-se como ferramentas essenciais de trânsito social e exercício de cidadania para o jovem autista não-verbal.

CONCLUSÃO

A conclusão deste estudo reforça que a psicopedagogia, aliada à perspectiva interseccional, é capaz de romper o ciclo de invisibilidade que envolve jovens autistas nível 3 não-verbais em contextos de vulnerabilidade. Retomando os objetivos iniciais, percebe-se que

as práticas pedagógicas só alcançam êxito quando o professor e o psicopedagogo compreendem que o aluno não é um vácuo social, mas um indivíduo atravessado por potências e opressões específicas.

Portanto, é imperativo que a formação docente incorpore discussões sobre raça e gênero na educação especial. Conclui-se que a comunicação alternativa deve ser vista como um direito humano básico, e não apenas um recurso didático. Sugere-se que futuras pesquisas e políticas públicas foquem na descentralização dos recursos assistivos, levando para as periferias centros de excelência em comunicação não-verbal que respeitem a diversidade étnico-racial e a pluralidade de orientações sexuais, permitindo que cada jovem autista possa, à sua maneira, ocupar o seu lugar no mundo e na história.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AKOTIRENE, Carla. **Interseccionalidade**. São Paulo: Sueli Carneiro; Pólen, 2019. (Coleção Feminismos Plurais).

AMERICAN PSYCHIATRIC ASSOCIATION. **Manual diagnóstico e estatístico de transtornos mentais: DSM-5-TR**. 5. ed. Porto Alegre: Artmed, 2023.

BESSA, Sônia Maria R. **Psicopedagogia: saberes e práticas**. Curitiba: Intersaberes, 2020.

FERNÁNDEZ, Alicia. **O saber em jogo: a psicopedagogia propiciando autorias de pensamento**. Porto Alegre: Artmed, 2001.

GONZALEZ, Lélia. **Por um feminismo afro-latino-americano**. Rio de Janeiro: Zahar, 2020.

O BRIO DA CONSTRUÇÃO E ENRIJECIMENTO DE CENTROS PRISIONAIS AO REDOR DO MUNDO

¹ Armando Henrique Silva Semeão

¹ Universidade Estadual de Maringá, Maringá, Paraná, Brasil

Resumo: O crescimento da construção de presídios de grande porte e o endurecimento das políticas penais em diferentes países têm sido apresentados, com frequência, como sinais de força institucional e respostas eficazes ao avanço da criminalidade. Neste trabalho, a noção de brio é compreendida como o orgulho político e simbólico atribuído ao fortalecimento material e repressivo do aparato prisional, transformado em vitrine de autoridade estatal. O estudo analisa criticamente essa lógica, discutindo em que medida a expansão e o enrijecimento de centros prisionais produzem uma sensação imediata de ordem, mas não enfrentam as causas estruturais da violência e da insegurança. Trata-se de uma pesquisa qualitativa, de caráter bibliográfico, desenvolvida por meio de revisão narrativa de literatura e análise documental, com recorte temporal entre 2016 e 2026 e atenção especial a experiências de países como El Salvador, Brasil e Estados Unidos, escolhidos por sua centralidade contemporânea nos debates sobre encarceramento, punitivismo e direitos humanos. Os resultados indicam que a ampliação das estruturas carcerárias e o endurecimento penal tendem a operar mais como resposta política de impacto simbólico do que como solução para a criminalidade. Conclui-se que o brio estatal vinculado à prisão precisa ser criticamente revisto, uma vez que segurança pública duradoura depende de políticas sociais, prevenção, garantias processuais e respeito à dignidade humana.

Palavras-chave: sistema prisional; direitos humanos; política penal; encarceramento.

INTRODUÇÃO

O sistema prisional foi historicamente legitimado como instrumento de proteção da ordem social, sustentado pela ideia de que a punição representa uma resposta à transgressão das leis. Nas últimas décadas, entretanto, esse papel ganhou novas tonalidades. Em diferentes países, a expansão de presídios e o endurecimento das respostas penais passaram a ser não apenas como medidas administrativas, mas como demonstrações firmeza estatal. Nesse cenário, a prisão deixa de ser apenas uma instituição jurídica e passa também a operar como símbolo político, mobilizado em discursos que associam severidade penal a eficiência governamental.

É nesse ponto que a palavra brio, presente no título, assume centralidade analítica. Aqui, o termo não é empregado no sentido de dignidade moral individual, mas como expressão do orgulho estatal construído em torno da capacidade de punir, confinar e controlar. Trata-se de um brio institucional que se alimenta da exibição da força, da arquitetura do confinamento e do discurso de

intolerância ao crime. Quando essa lógica se consolida, a construção de centros prisionais e o endurecimento das penas passam a ser celebrados como conquistas em si mesmas.

Foucault (2014) já demonstrava que a prisão não pode ser compreendida apenas como local de cumprimento de pena, mas como tecnologia disciplinar vinculada a formas históricas de poder. Nessa perspectiva, o cárcere não se limita a sancionar condutas ilícitas; ele organiza corpos, produz classificações sociais e reforça hierarquias. Wacquant (2001), ao examinar o avanço do encarceramento em massa, sustenta que a expansão penal está relacionada ao aprofundamento da marginalidade social e ao enfraquecimento de mecanismos públicos de proteção e inclusão. Garland (2008), por sua vez, mostra que a cultura do controle transformou o medo do crime em importante vetor de reorganização das políticas penais contemporâneas.

No plano internacional recente, alguns casos ganharam grande projeção justamente por converterem o aparato prisional em emblema de autoridade. O Centro de Confinamento do Terrorismo (CECOT), em El Salvador, tornou-se exemplo emblemático dessa tendência, sendo apresentado publicamente como prova de eficiência repressiva estatal. Contudo, o impacto simbólico de empreendimentos dessa natureza não elimina a necessidade de avaliar suas implicações jurídicas, sociais e humanitárias. Quando o encarceramento é tratado como vitrine política, corre-se o risco de naturalizar violações, ampliar arbitrariedades e obscurecer a precariedade das políticas preventivas.

Diante disso, o problema que orienta este estudo pode ser formulado da seguinte maneira: em que medida o brio político atribuído à construção e ao endurecimento de centros prisionais no período de 2016 a 2026 representa uma resposta efetiva à criminalidade ou apenas reforça estratégias punitivas que deslocam o debate sobre direitos sociais, prevenção e justiça?

OBJETIVO

O presente estudo tem como objetivo analisar criticamente a construção e o enrijecimento de centros prisionais no contexto contemporâneo, com recorte entre 2016 e 2026 e atenção especial aos casos de El Salvador, Brasil e Estados Unidos, investigando suas implicações para os direitos humanos, seus usos simbólicos no discurso político e sua eficácia na promoção da segurança social.

METODOLOGIA

O estudo caracteriza-se como pesquisa qualitativa, de natureza bibliográfica e documental, com finalidade exploratória e analítica. A revisão adotada é do tipo narrativa, escolhida por permitir a articulação crítica entre autores clássicos e produções recentes sobre sistema prisional, punitivismo, encarceramento em massa, controle social e direitos humanos. O recorte temporal privilegiou publicações entre 2016 e 2026, sem excluir autores anteriores consideradas importantes relacionadas ao problema, como Foucault, Wacquant e Garland.

Para a composição do corpus teórico, foram considerados livros, artigos científicos, relatórios institucionais e documentos normativos nacionais e internacionais. A seleção do material observou três critérios principais: pertinência direta ao tema da expansão prisional e do endurecimento penal; contribuição conceitual para a análise das relações entre punição, poder e desigualdade; e relevância empírica para a compreensão de experiências contemporâneas, especialmente nos casos de El Salvador, Brasil e Estados Unidos.

No plano documental, foram mobilizadas diretrizes internacionais de direitos humanos, com destaque para as Regras Mínimas das Nações Unidas para o Tratamento de Presos, conhecidas como Regras de Mandela, bem como relatórios de organismos internacionais voltados ao tema.

FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

O sistema prisional moderno se consolidou sob a promessa de disciplinar, corrigir e proteger a sociedade. Ainda assim, a literatura crítica tem demonstrado que o cárcere raramente opera apenas como instrumento racional de contenção da criminalidade. Em Foucault (2014), a prisão aparece como parte de uma engrenagem disciplinar que transforma a punição em técnica de administração social. Isso significa que seu papel extrapola a resposta ao delito e alcança a produção de vigilância, normalização e obediência.

Garland (2008) observa que, nas sociedades contemporâneas, o medo do crime e a insegurança passaram a ocupar espaço central na formulação das políticas públicas. Nessa conjuntura, a resposta penal tende a ser valorizada por sua visibilidade e por sua capacidade de comunicar autoridade. O cárcere, então, converte-se em linguagem política. Não se trata apenas de prender, mas de demonstrar que se prende, de mostrar instalações robustas, mecanismos rígidos de vigilância e estruturas materiais que simbolizam controle, é justamente nesse ponto que o brio da construção prisional se revela.

Wacquant (2001) aprofunda essa crítica ao indicar que o crescimento do sistema penal está ligado ao recuo de políticas sociais e ao tratamento repressivo da pobreza. Em vez de enfrentar desigualdades estruturais, parte dos Estados contemporâneos investe em estratégias de neutralização dos grupos socialmente vulneráveis. O encarceramento em massa, nessa leitura, não decorre apenas do aumento do crime, mas de escolhas políticas sobre quem deve ser vigiado, punido e removido do espaço público, o brio penal, portanto, não é neutro,

Em escala global, o número de presos voltou a crescer, e a superlotação permanece como uma das marcas mais persistentes dos sistemas penais. Tal cenário demonstra que a ampliação do encarceramento convive, de forma paradoxal, com violações reiteradas de direitos, precariedade estrutural e baixa capacidade de reintegração social. A expansão da infraestrutura carcerária, isoladamente, não resolveu o problema da violência; em muitos casos, apenas ampliou a capacidade de aprisionar em contextos já marcados por desigualdade institucional.

O caso de El Salvador tornou-se emblemático justamente por condensar o componente simbólico e político do encarceramento endurecido. O CECOT foi projetado e difundido como representação material da vitória do Estado sobre o crime organizado. Sua imagem internacional foi construída em torno da grandiosidade arquitetônica, da disciplina extrema e da promessa de neutralização rápida da ameaça criminal. O problema é que, à medida que a estrutura se converte em símbolo de força, cresce também o risco de apagar o debate sobre devido processo legal, condições de custódia e limites do poder punitivo. A CIDH alertou, em 2024, que o estado de exceção salvadorenho produziu restrições a garantias fundamentais.

Não se ignora que políticas penais severas costumam gerar apoio social quando se articulam a contextos de medo coletivo. Relatórios recentes de direitos humanos indicam que a experiência salvadorenha vem sendo marcada por denúncias de detenções arbitrárias, condições degradantes, tortura e enfraquecimento de mecanismos de controle institucional.

Os Estados Unidos oferecem outro ponto importante de comparação. Mesmo com oscilações recentes, o país permanece entre as maiores taxas de encarceramento do mundo e é referência quando se discute a associação entre punição, raça, desigualdade e política criminal. A experiência norte-americana mostra que décadas de intensificação penal e encarceramento massivo não eliminaram as causas profundas da violência, nem impediram a reprodução de ciclos de exclusão. Ao contrário, consolidaram uma cultura institucional em que a prisão foi naturalizada como

resposta preferencial para conflitos complexos, reforçando a crítica de que o endurecimento penal produz mais capacidade punitiva do que justiça substantiva.

No Brasil, o tema também se revela expressivo. O país mantém uma das maiores populações prisionais do mundo, convivendo com superlotação, déficit estrutural e seletividade penal persistente. A literatura nacional recente insiste em mostrar que o encarceramento não pode ser analisado apenas como dado quantitativo, porque ele se entrelaça a marcadores de classe, raça, território e acesso desigual a direitos. O fortalecimento do sistema penal, quando não acompanhado de políticas consistentes de educação, trabalho, habitação e prevenção, produz uma resposta limitada e reincidente. Nessa direção, o cárcere se expande não porque resolveu o problema, mas porque se tornou a resposta mais fácil para a administração.

A normatividade internacional segue em sentido diverso. As Regras de Mandela estabelecem que a prisão deve respeitar a dignidade inerente à pessoa humana e orientar-se por parâmetros mínimos de tratamento, saúde, integridade, inspeção e reintegração social. Isso significa que a privação de liberdade, mesmo quando juridicamente imposta, não autoriza a anulação da condição humana do preso. A centralidade dessas regras mostra que a discussão sobre sistema prisional não pode ficar restrita à eficiência repressiva. Uma política penal precisa ser julgada por sua capacidade de punir e pelo tratamento daqueles que estão sob sua custódia.

O brio atribuído à construção e ao endurecimento de centros prisionais revela uma contradição profunda. O que se apresenta como demonstração de vigor estatal pode, na verdade, expressar a incapacidade do poder público de atuar nas raízes da violência. Quanto maior a celebração política do cárcere como símbolo de ordem, maior tende a ser a invisibilização de políticas preventivas, restaurativas e redistributivas.

CONCLUSÃO

A análise desenvolvida permite afirmar que a construção e o enrijecimento de centros prisionais, longe de constituírem resposta autossuficiente para a criminalidade, expressam uma forma específica de racionalidade política em que a punição adquire valor simbólico elevado. O brio mencionado no título não representa virtude institucional em sentido emancipador, mas o orgulho estatal investido na exibição da força repressiva, da arquitetura do confinamento e da promessa de controle imediato. Essa escolha discursiva ajuda a compreender por que grandes

estruturas carcerárias são apresentadas como conquistas públicas, mesmo quando persistem dúvidas sobre sua efetividade social e sua compatibilidade com os direitos humanos.

Os referenciais de Foucault (2014), Garland (2008) e Wacquant (2001), articulados a dados e documentos recentes, indicam que o endurecimento penal tende a responder mais ao apelo político da severidade do que à complexidade das causas da violência. Os casos de El Salvador, Estados Unidos e Brasil mostram, em escalas distintas, que a ampliação da capacidade de encarcerar não elimina desigualdades, não substitui políticas preventivas e tampouco resolve, por si, o problema da insegurança. Quando a prisão é convertida em vitrine, o debate público se afasta da legalidade, da justiça social e da dignidade humana.

O fortalecimento institucional não pode ser medido pelo tamanho dos presídios nem pelo rigor penal. Uma política de segurança comprometida com a democracia exige prevenção, investimento, devido processo legal e respeito às garantias fundamentais. Sem esses elementos, o brio do encarceramento tende a revelar menos a força do Estado e mais suas insuficiências.

REFERÊNCIAS

BARROS FILHO, Antonio Donizetti de; SILVA, Roberto da. **Políticas de educação nas prisões: uma análise das 10 maiores populações prisionais mundiais**. Revista Brasileira de Educação, Rio de Janeiro, v. 28, e280036, 2023.

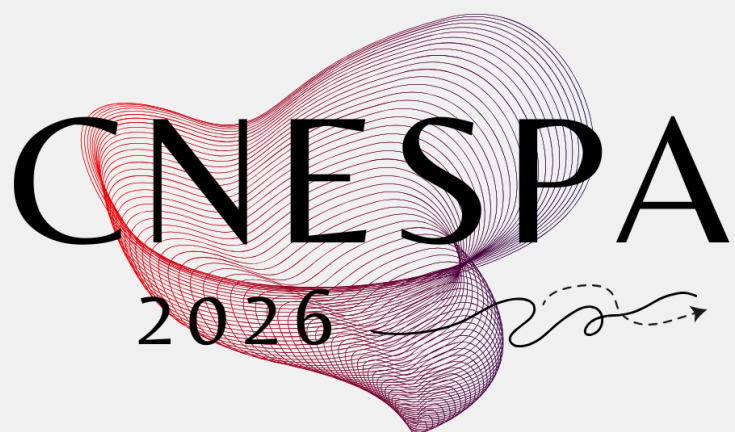
FOUCAULT, Michel. **Vigiar e punir: nascimento da prisão**. 42. ed. Petrópolis: Vozes, 2014.

GARLAND, David. **A cultura do controle: crime e ordem social na sociedade contemporânea**. Rio de Janeiro: Revan, 2008.

GIL, Antonio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 7. ed. São Paulo: Atlas, 2019.

ONU. Organização das Nações Unidas. **Regras mínimas das Nações Unidas para o tratamento de presos (Regras de Mandela)**. Nova York: ONU, 2015.

WACQUANT, Loïc. **As prisões da miséria**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001.



SOBRE OS ORGANIZADOR

Sobre os Organizadores



Sra. Victória Rosa da Silva

Graduanda em Psicologia pela UFF. Extensionista no projeto "Mulherio: Tecendo redes de cuidado" e pesquisadora das violências de gênero no contexto universitário. É coautora e organizadora de obras sobre subjetivação e saúde mental, dedicando-se aos estudos da escrita como passagem e às práticas clínicas sob a perspectiva da análise transdisciplinar.

Sobre os Organizadores



Sr. Waldenilson Ramos Teixeira

Editor-chefe. Psicólogo (CRP 05/72529) e Mestre em Psicologia (UFF). Pesquisador do CLAEC e membro da Comissão Gestora do CRP-RJ, é autor do livro Por uma escrita imunda (2022) e dedica-se às intersecções entre subjetividade, escrita, ética e política sob a perspectiva da filosofia da diferença.

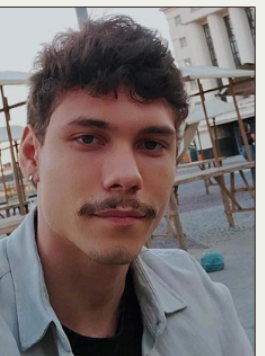


Sr. Fernando da Silva Mancebo

Graduando em Psicologia pela UFF. Integrante do Coletivo Autônomo de Produção Acadêmica (CAPA) e pesquisador com foco em Masculinidades e Psicanálise. Organiza publicações e eventos sobre subjetividade e política e interessa-se por filosofias da imanência, psicologia clínica e psicologia social. Colaborador na NUEST.

Sr. Richard Silva dos Santos

Graduando em Psicologia pela UFF. Integrante do Coletivo Autônomo de Produção Acadêmica (CAPA) pesquisador bolsista em projetos sobre políticas da transmissibilidade e alfabetização (P.A.L.A.V.R.A.). Atualmente é estagiário no Hospital Universitário Antônio Pedro, dedica-se aos estudos e práticas psicanalíticas no ambiente hospitalar. Coautor e organizador de obras na área da saúde mental.



Sr. Darlan Gomes Santos

Graduando em Psicologia pelo Centro Universitário La Salle (Unilasalle). Integrante do Coletivo Autônomo de Produção Acadêmica (CAPA), atua como membro da gestão editorial da Revista NUEST. Pesquisa as intersecções entre psicologia, poder e subjetividade, com foco em teoria dos estudos de gênero, resistências às normatividades e processos de descolonização do desejo e do existir.

Sra. Maria Eduarda Vila-Chã da Cruz da Gama D'Eça Teixeira

Graduanda em Psicologia pela UFF. Com atuação no Serviço de Psicologia Aplicada (SPA) e no Hospital Universitário Antônio Pedro, dedica-se à Neuropsicologia e à Psicologia Jurídica no contexto forense e investigativo. Integrou o Diretório Acadêmico e o Laboratório de Ciências Criminais, articulando saberes sobre comportamento, direito penal e neurociências.





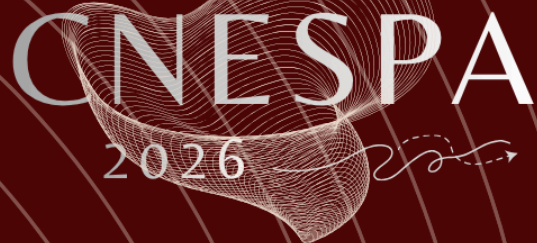
II CONGRESSO NACIONAL DOS
ESTUDOS EM SUBJETIVIDADE,
POLÍTICA E ARTE

AUTORES

VICTÓRIA R. DA SILVA
FERNANDO DA S. MANCEBO
DARLAN G. SANTOS
WALDENILSON T. RAMOS
RICHARD S. DOS SANTOS
MARIA EDUARDA VILA-CHÃ DA C.
DA G. D'EÇA TEIXEIRA

COLETÂNEA DOS TRABALHOS CIENTÍFICOS APRESENTADOS NO
II CONGRESSO NACIONAL DOS ESTUDOS EM SUBJETIVIDADE
POLÍTICA E ARTE

NUEST
EDITORA



II CONGRESSO NACIONAL DOS
ESTUDOS EM SUBJETIVIDADE,
POLÍTICA E ARTE

ANAIS do II CNESPA

COLETÂNEA DOS TRABALHOS
CIENTÍFICOS APRESENTADOS
NO II CONGRESSO NACIONAL
DOS ESTUDOS EM
SUBJETIVIDADE, POLÍTICA E ARTE

AUTORES

VICTÓRIA R. DA SILVA
FERNANDO DA S. MANCEBO
DARLAN G. SANTOS
WALDENILSON T. RAMOS
RICHARD S. DOS SANTOS
MARIA EDUARDA VILA-CHÃ DA C.
DA G. D'EÇA TEIXEIRA

NUEST
EDITORA